

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO P COM PROCESSO : 06-0028/1998 DE 1998

MATERIA LEGISLATIVA: RPP

06-0028/1998 DE 03/11/1998

PROMOVENTE: VEREADOR

AURELIO NOMURA

E M E N T A:

Requer instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades nas áreas de manancial e ocupações por loteamentos clandestinos na Represa Billings e Guarapiranga, e ainda Serra da Cantareira.

O B S E R V A C O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
6/10/2010 18:59:33

00000001097-97



ARQUIVADO EM

16/03/2001


Maria Isabel Lopes Costa
Chefe de Seção Técnica - Subseção



Câmara Municipal de São Paulo

folha nº. 01 do proc.
nº 28 de 1998

CAIXA DE REGISTRO Of. Legislativo
R. 111

LIDO HOJE

REQUERIMENTO "P" Nº

06 - RPP
06-0028/1998

COPIADO NA SESSÃO
- DE -

03 NOV 1998

TAQUIGRAFIA

03 NOV 1998

PRESIDENTE

REQUEIRO, em conformidade com o disposto no Capítulo III, inciso I da Resolução nº 2/91 (Regimento Interno) a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades nas áreas de mananciais, referente ao que dispõe a Lei de Proteção Ambiental, especialmente quanto a ocupações irregulares (loteamentos clandestinos) na região da Represa Billings e Guarapiranga e outras, conforme notícias veiculadas em diversos jornais de grande circulação (cópias anexas), bem como na Serra da Cantareira (matéria do Jornal o "Estado de São Paulo" datado de 19 de outubro do corrente).

São Paulo, de outubro de 1998

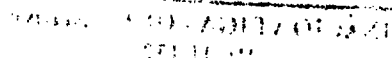
AURÉLIO NOMURA
Vereador

SEGUEM, ANEXOS, CÓPIAS DE MATÉRIAS MENCIONADAS NO REQUERIMENTO

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

ALDAICA

TRIPOLI



22

^a The number of subjects who were included in each group was 10.

• $\frac{d}{dt} \left(\frac{1}{2} m v^2 \right) = \frac{1}{2} m \frac{d}{dt} (v^2) = \frac{1}{2} m \frac{d}{dt} (v_x^2 + v_y^2 + v_z^2) = \frac{1}{2} m \left(2 v_x \frac{d v_x}{dt} + 2 v_y \frac{d v_y}{dt} + 2 v_z \frac{d v_z}{dt} \right) = m \left(v_x \frac{d v_x}{dt} + v_y \frac{d v_y}{dt} + v_z \frac{d v_z}{dt} \right)$

2. 1990年12月1日以前，在北京市区范围内，凡从事过本行业务的，其档案由北京市档案馆负责保管。

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)
sob nº 2 a 36 e folha de informação sob nº
37 27/10/2004 etc

INACIO VEIGA
Oficial Legislativo
RE. 11.132



Nova lei dos mananciais: ainda há muito o que fazer

José Silva Amorim

Passados aproximadamente três meses da sanção da nova lei estadual de proteção e recuperação dos mananciais, que poderá garantir melhor qualidade de vida aos quase 1 milhão de habitantes dessas áreas, é preciso que toda a sociedade permaneça atenta e fiscalize o cumprimento desta legislação. O trabalho não acabou com a aprovação da lei, que ocorreu após intensa mobilização da população. Pelo contrário, ainda há mui-

to a ser feito nas áreas de mananciais. A principal novidade da lei, que substitui a de 1975, é que cada uma das 22 bacias hidrográficas tem seu próprio comitê, formado por representantes do Estado, das prefeituras envolvidas e pela população. Essas comissões terão um prazo de 120 dias para discutir um plano emergencial, que consistirá na apresentação de soluções específicas para cada área de mananciais.

Além de acompanhar o que está sendo feito pelos comitês, é necessário garantir que uma vez pontos, os planos emergenciais sejam realmente colocados em prática. Só então os moradores dessas regiões poderão ter acesso à urbanização, com a instalação das redes de água e esgoto. Depois de vários anos na clandestinidade, suas moradias poderão ser regularizadas. Também será possível a colocação de asfalto, energia elétrica e a construção de creches, escolas, hospitais e postos de saúde.

Enquanto esta situação não for resolvida, milhares de pessoas que ocupam essas áreas por não ter opção convivem com o fantasma de serem despejadas

de suas casas. Vejamos o exemplo das cerca de 40 mil pessoas que habitam desde 1986 o Cantinho do Céu, no Grajaú, Zona Sul, às margens da represa Billings. Uma liminar concedida pela Justiça após uma ação civil pública do Ministério Público determinou que o Estado e a Prefeitura retirem a população da área. O problema é o seguinte: para onde vão todas essas famílias? As duas esferas de governo têm locais dignos para abrigar tanta gente?

A esperança dos habitantes do Cantinho do Céu - que vivem sem saneamento básico, asfalto, coleta de lixo eficiente, escolas, creches e postos de saúde -, assim como os de outras regiões, está na aplicação da nova lei de mananciais, que poderá permitir a preservação e a recuperação da área com a permanência desses moradores. Para isso, terá de ser implantada nesse locais infraestrutura suficiente para habitação. Só deverão ser removidas das regiões de mananciais as famílias que estiverem em áreas que coloquem em risco sua própria segurança e os mananciais. É preciso, ainda, que a população se conscientize de que as áreas não ocupadas têm de ser preservadas, não realizando novos assentamentos.

Gostaria de lembrar também que a lei é estadual, mas atinge diretamente o nosso Município. O incentivo dos vereadores é fundamental para transformar os comitês de bacias hidrográficas num instrumento importante na regularização das áreas de mananciais.

O vereador José Silva Amorim é líder do PTB na Câmara Municipal.



“HOJE AS INVASÕES SÃO COORDENADAS POR ASSOCIAÇÃO

(De Dagoberto Marighini, do Departamento da Uva do São Metropolitano)

Invasões irregulares marcam os 73 anos da Represa Billings

QUASE 1 MILHÃO DE PESSOAS VIVEM NAS ÁREAS DE MANANCIAIS DO MAIOR RESERVATÓRIO DE ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA

Ao completar 73 anos, comemorados hoje, a Represa Billings mais parece um canteiro de obras. O maior reservatório de água da Região Metropolitana está ameaçado pelas aceleradas ocupações irregulares. Em três semanas, foi constatado que o desmatamento e a construção ilegal nas áreas de proteção dos mananciais tomam conta do lugar, tudo facilitado pela ineficiência da fiscalização. Enquanto a Lei de Proteção aos Mananciais aguarda regulamentação do governo (veja abaixo), as denúncias de novas invasões saltaram de duas por semana para duas por dia.

No dia 4, Glaucia Elaine, de 14 anos, contava, orgulhosa, sobre o novo empreendimento da família: um barzinho na Estrada da Ligação, no Cantinho do Céu. A mesa de bilhar já havia sido alugada por R\$ 150. A ligação de esgoto também estava pronta: direto para a represa. “Meu pai constrói sozinho, ele é pedreiro.” Quando a reportagem voltou ao local, na segunda-feira, novamente não havia nenhum fiscal. O barzinho já estava pronto, com por-

ta de aço, na beira da represa.

Apesar de 70% dos 583 quilômetros quadrados da represa ainda estarem em estado de preservação aceitável, a mancha urbana cresce de maneira acelerada e compromete a bacia, criada por decreto pelo presidente Artur Bernardes em 27 de março de 1925.

Hoje, a Billings é responsável por 6,5% do fornecimento de água na região metropolitana. Cerca de 4 mil li-

tros por segundo são captados do Sistema Rio Grande, que abastece o ABC. Com o déficit hídrico, a Billings, o maior reservatório da cidade, será a alternativa do futuro, pois apresenta vantagens como localização estratégica, altitude favorável e capacidade suficiente para suprir a demanda dos municípios da região.

O aposentado José Cavalcanti, de 60 anos, já ouviu falar que não pode construir na área. Mas, depois de

ser despejado de onde morava, na Vila Dionísia, zona norte, começou a construir a casa no Cantinho do Céu, para abrigar nove pessoas. “Tive de deixar a casa em 24 horas.” Toca a nova obra com os R\$ 120 que recebe da aposentadoria. “Ouvi falar que se a gente der recuo da represa pode construir.”

Bem na frente da casa de Cavalcanti, uma placa avisa: “Imóvel da Eletropaulo, área de segurança do reser-

vatório Billings.” E informa que é proibido depositar lixo, entulhos, contruir barracos e campo de futebol. Na segunda-feira, o aposentado não estava no local, mas a casa dele já estava prontinha. A poucos metros dali, outros moradores também agiram rápido. Casas já estavam prontas em dois terrenos, que, há três semanas, estavam apenas desmatados.

Não há levantamentos oficiais sobre a população que ocupa os mananciais. A estimativa do Dism é de que entre 800 mil e 1 milhão de pessoas morem nas margens das Represas Billings e Guarapiranga. Também não há dados sobre a quantidade de áreas desmatadas.

Cálculos do ambientalista Carlos Bocuy, do Movimento Billings Eu Te Quero Viva!, apontam que só na margem norte da Billings, do lado de São Paulo, meio milhão de metros quadrados foram desmatados nos últimos dois anos. O número de loteamentos irregulares é estimado em 150. Como resultado, 600 toneladas de esgoto são lançadas, por dia, na bacia.

Alessandra Zapparoli



Administradora pública assume gerência do município de Porto Feliz

A administradora pública Ednice Rute Lacava assumiu esta semana o cargo de gerente do município de Porto Feliz, a 130 quilômetros de São Paulo. Ela foi nomeada pelo prefeito Leonardo Marchesoni Rogado (PMDB), com o qual dividirá a responsabilidade de administrar o município, de 45 mil habitantes. Ednice cuidará da coordenação técnico-administrativa, enquanto o prefeito arcará com as funções políticas e sociais. Antes de assumir a gerência da cidade, Ednice foi diretora municipal de planejamento.

A criação do cargo foi aprovada por unanimidade pela Câmara de Vereadores. "Nos Estados Unidos e no Canadá, grande parte das cidades têm gerentes", contou Ednice. O objetivo, segundo ela, é garantir a continuidade da administração, isentando-a das influências políticas. "O ocupante do cargo deve ter um perfil essencialmente técnico", explicou. A geren-

te assumiu as funções com a missão de completar uma reforma administrativa iniciada pelo prefeito. De início, ela reduziu de 985 para 920 os cargos públicos, baixando de 55 para 40 os cargos de confiança do prefeito, que podem ser preenchidos por critérios políticos.

O novo quadro inclui cargos criados em função da municipalização do ensino e da saúde. Segundo ela, o ajuste fez com que o índice de comprometimento da receita municipal com a folha de pagamento caísse para 42%, mesmo tendo sido dado um reajuste de 15% para o funcionalismo. "No ano passado, em alguns meses, o índice chegou perto do máximo permitido, que é de 60%." Como parte da reforma administrativa, foi criado um plano de classificação de cargos e salários para o funcionalismo, incluindo um processo de avaliação do desempenho dos servidores. O trânsito da cidade também foi municipalizado.

RECUPERAÇÃO

Secretaria e prefeituras discutem plano de recuperação da Billings

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente iniciou ontem uma série de reuniões com oito prefeituras da Grande São Paulo para discutir o problema da degradação ambiental da Bacia da Billings. O objetivo é formular uma proposta conjunta para um plano de recuperação da represa.

A Represa Billings atualmente fornece água, retirada do braço do Rio Grande, para parte da região do ABC. Dado o déficit na produção de água para o consumo na Grande São Paulo, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) pretende aumentar a retirada de água da Billings dos atuais 3,5 metros cúbicos por segundo para até 15 metros cúbicos por segundo, seu potencial máximo.

Para isso, no entanto, é necessária uma melhora na qualidade da água da represa, hoje contaminada em sua maior parte, por causa do bombeamento das águas do Rio Pinheiros. "Serão necessárias medidas para recuperar a perda de qualidade da água e manter isso no tempo", afirma um dos coordenadores do Programa de Recuperação Ambiental da Billings, Renato Arnaldo Tagnin.

Segundo ele, as reuniões com as prefeituras servirão para medir os interesses e as possibilidades de ação de cada um dos municípios envolvidos. "Não teremos uma postura de cobrança, mas a nova lei dos mananciais, em vigor desde o ano passado, determina que a proteção deve ser uma atividade con-

junta entre prefeitura, Estado e entidades da sociedade civil", alega.

Ocupações - Além do problema do bombeamento das águas do Pinheiros, responsável, segundo levantamentos preliminares, por dois terços da poluição da represa, a secretaria pretende encontrar soluções para a ocupação irregular de áreas de proteção ambiental. Atualmente, mais de 500 mil famílias ocupam irregularmente a Bacia da Billings.

"As ocupações precisam ser controladas, por meio de ações preventivas", diz Tagnin. Segundo ele, algumas prefeituras hoje não têm meios de impedir a ocupação ilegal por não terem recursos, justamente por estarem localizadas em áreas de mananciais e terem seu desenvolvimento controlado. "É imprescindível um gerenciamento metropolitano para o problema".

Reuniões - A primeira reunião com as prefeituras foi realizada ontem à noite na sede da Administração Regional da Capela do Socorro, em São Paulo. As reuniões seguintes, hoje e amanhã, ocorrerão na prefeitura de São Bernardo do Campo, no Teatro Euclides Menatto, em Ribeirão Pires e Santo André.

Além de representantes da Secretaria do Meio Ambiente e das prefeituras de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Salesópolis, as reuniões deverão ter a participação de representantes de associações de bairros e organizações não-governamentais.



TCM - O Tribunal de Contas do Município, por meio do conselheiro Antonio Caruso, levou a plenário requerimento solicitando ao relator das contas da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, determinação para que a Auditoria do TCM apure a concorrência daquela secretaria que está licitando, através de contrato de concessão, exploração do biogás (QBQ), coletado por aterros sanitários de resíduos sólidos do Município de São Paulo.



Mananciais

AMBIENTE

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo

Pitta anuncia plano para recuperar Billings

MARCUS LOPES

A Prefeitura lançou ontem um projeto de recuperação da região da Represa Billings. Em cerimônia realizada de manhã no Palácio das Indústrias, o prefeito Celso Pitta e o secretário municipal

de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Lair Krahenbuhl, anunciaram o Projeto Billings Legal, que prevê investimentos de US\$ 293,1 milhões na área da represa. Estão previstas ações como urbanização de favelas, remoção de moradores de áreas protegidas e

regularização de loteamentos.

A Prefeitura entrará com um pedido de empréstimo no Banco Mundial (Bird) para tornar viável o projeto. Amanhã, Krahenbuhl entregará a proposta de financiamento ao Bird, em Brasília.

A Bacia da Billings ocupa uma

região de 560 quilômetros quadrados, dos quais 180 estão localizados no Município de São Paulo. A Lei de Mananciais, regulamentada no dia 8 pelo governador Mário Covas, amplia a competência dos municípios na regulamentação e controle do uso e ocupação do solo

e no desenvolvimento urbano.

Ação conjunta – O projeto prevê ação conjunta entre a Prefeitura e o Estado, por intermédio da secretaria Estadual do Meio Ambiente e secretaria Estadual de Recursos Hídricos. “Na sexta-feira passada

apresentamos o projeto ao governo estadual”, informou Krahenbuhl. A reportagem do Estado procurou ontem os responsáveis pela questão na Secretaria Estadual do Meio Ambiente para comentar o projeto. A Assessoria de Imprensa informou que os técnicos preferem estudar melhor a proposta antes de se pronunciar.

As ações devem estar concentradas sobre 64 mil famílias, que vivem em 150 loteamentos irregulares, e sobre outras 16 mil, que moram em favelas, segundo a Prefeitura. “Vamos analisar os loteamentos passíveis de regularização e urbanização”, afirmou Krahenbuhl.

Parte do dinheiro será utilizada na construção de prédios do Projeto Cingapura. Apelidados de “Cingapura Pulmão”, eles abrigarão 5,8 mil famílias que serão retiradas das áreas de primeira categoria – até 100 metros das margens da represa e a 50 metros de córregos afluentes. São cerca de 600 mil metros quadrados que se enquadram nessa categoria.

Cinturão verde – Nos terrenos desocupados será criado um “cinturão verde”, para evitar novas ocupações. Além de vegetação nativa, serão criadas hortas comunitárias destinadas à população que vive nas imediações. “É uma reforma agrária municipal”, comparou Krahenbuhl. “Serão formadas cooperativas com o objetivo de preservar a área e contribuir para o sustento das famílias, que plantarão e venderão as hortaliças.”

A construção dos prédios do Cingapura, que ficarão a cerca de dois quilômetros da área protegida, deverá consumir US\$ 92,8 milhões. Outros US\$ 61,7 milhões serão destinados à urbanização de favelas e US\$ 128,6 milhões à adequação dos loteamentos passíveis de regularização (instalação de sistemas de esgoto e drenagem).

O secretário Krahenbuhl anunciou ainda que parte da verba será destinada ao Estado, para o controle de novas ocupações. “O dinheiro será utilizado no sistema de monitoramento de satélites, para evitar outras invasões.”

O projeto deve estar concluído apenas em 1999. As primeiras obras devem começar em seis meses, após o detalhamento do projeto e aprovação pelo governo estadual. O secretário da Habitação estima que o dinheiro do Bird seja liberado em um ano.

“Mais do que as 80 mil famílias, estaremos beneficiando 10 milhões de pessoas”, disse o prefeito Celso Pitta, na cerimônia de lançamento do projeto e assinatura do pedido de financiamento ao Bird.

feitura investe no projeto de ervação e melhoria da Billings

Fotos: Jorge A. Cardoso



Cinturão Verde, áreas próximas à represa para formação de hortas comunitárias.

Cinturão verde – “Serão formadas cooperativas com o objetivo de preservar a área e contribuir para o sustento das famílias”, explica o secretário Lair Krahenbuhl.

O coordenador técnico do Projeto Guarapiranga, Rubens Lou-

reiro, apóia a utilização de terras para o desenvolvimento de pequenas plantações comunitárias, desde que haja controle para evitar novas invasões. “Com o Cinturão Verde, poderemos impedir invasões, mas para haver mais segurança será investida uma parte dos recursos na vigilância da área.”

A viabilização do projeto está

prevista para dentro de seis meses, pois falta a aprovação do Estado e da Secretaria do Meio Ambiente.

O prefeito Celso Pitta acredita que este será um investimento importante para toda a população paulistana. “Mais do que 80 mil famílias, estaremos beneficiando 10 milhões de pessoas.”

Represa de Guarapiranga mostra sinais de vida

Responsável pelo abastecimento de água de 30% da população da cidade de São Paulo, a represa Guarapiranga possui uma abrangente área de mananciais que não se resume apenas às margens direita e esquerda da Capital, estendendo-se até municípios como Taboão da Serra, Itapeverica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Cotia, São Lourenço e Juquitiba. Essa região vem sendo marcada pela degradação gradativa de sua maior riqueza.

Portanto, diante do ambicioso decreto-lei denominado CBHAT – Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, foi criado o Subcomitê Cotia-Guarapiranga, fundamentado representativamente em 33 membros, dos quais 11 do Estado, 11 do município e 11 da sociedade civil.

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica Cotia-Guarapiranga, pelas suas características institucionais, é respaldado por uma forte participação da comunidade para atingir seus objetivos, legitimados através da represen-

tação e deliberação da sociedade civil, constituída pelos defensores do meio ambiente, representantes sindicais, universitários, industriais, comerciais, OAB, entre outros.

De acordo com a última reunião do subcomitê, ficou estabelecida a proposta de desenvolver um seminário específico do Programa Guarapiranga, que abordaria temas como revisão de verbas e conclusão de obras de urbanização de favelas, tais como 19, 20, Jardim Ipanema, Jardim Rubi, Jardim Manacás, Parque Cerejeiras, entre outras.

Considero minha opinião pessoal somente um trabalho eficaz pela educação ambiental a longo prazo e capaz de reverter o quadro em que nossos mananciais se encontram, desenvolvendo trabalhos de preservação fiscalização em parceria da população, conscientizando-se do exercício da cidadania.

Anselmo J. de Almeida (Ney Faria)
Representante da sociedade civil
no Subcomitê Cotia-Guarapiranga



Reunião do Subcomitê Cotia-Guarapiranga

articulação enfraquece SOS Mananciais

des aliados dos Mananciais, que perde força. É a perda de força, que impede de ser destruídos motivos, por razões de interesse e o Município, crise que vem se

1996.

Elétrico, as secretarias municipais do Verde, da Habitação, a Secretaria estadual do Meio Ambiente e o Departamento do Uso do Solo Metropolitano (DUSM). Atualmente, os únicos remanescentes de toda essa operação são a Secretaria do Meio Ambiente, o DUSM e as polícias civil e Florestal, que continuam controlando a área protegida por lei.

A legislação também mudou,

toda a São Paulo, pois, além de impedir invasões nas áreas próximas às represas, a SOS evita com isso o agravamento da poluição da água consumida pela população de São Paulo.

Dagoberto Maneghini, diretor de Serviços da Fiscalização do DUSM, acha que a SOS tem contribuído bastante para a sociedade, evitando invasões e através da remoção de famílias em áreas de risco. “Não

nalizar os trabalhos da SOS, apesar de o Projeto Guarapiranga estar no fim. Mas, mesmo que ocorra essa possibilidade, ainda há os serviços do DUSM, que também visa a proteção da área de mananciais.

para realizar a operação de respeito à decisão implicada de R\$ 50 mil, além de cesso-crime contra os responsáveis, por desobediência. A Eletropaulo e a administração estadual alegaram que o bombeamento das águas do rio Pinheiros para a Billings é apenas etapa de um teste de introdução de oxigênio puro em águas poluídas.

Billings em caso de emergência entre eles o perigo de enchente na Grande São Paulo; para assegurar o fornecimento de energia elétrica em situações emergenciais ou quando ameace a qualidade da água para o abastecimento público. A Eletropaulo poderá recorrer da decisão, mas a apelação não tem caráter suspensivo.

O OT. Esta via dos odas ra o iária para ven-unha opa-í no a ou ito."

Invasores lutam para conseguir melhorias e têm nel bosque comunitário e pavimentação das ruas

A ocupação das margens da represa ameaça abastecimento de água da Capital, mas moradores não pensam em sair



São Paulo, domingo, 22 de junho

Folha de

MACIO VEIGA - Of. Legislativo RF 11.132

Governo até facilita invasões

AS ÁREAS DE MANANCIAIS ESTÃO AMEAÇADAS PELOS INVASORES E PELA ATUAÇÃO INCOERENTE DO ESTADO QUE, EM VEZ DE FISCALIZAR, FORNECE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA AS REGIÕES INVADIDAS

ROBSON LUQUÊS SOARES

A ocupação indiscriminada e ilegal das regiões onde há fontes de água, os mananciais, criou uma nova característica simbólica para o ser humano: a de amaleão. "Nas eleições não somos vistos como invasores, não somos poluidores, não somos clandestinos. Mas, quando passa essa época, somos tudo isso", lamenta o presidente da Sociedade de Moradores do Parque Recanto Cocaia, no extremo Sul da Capital, João dos Santos, mais conhecido como Zé do Cocaia. As crises econômicas, a crise do Poder Público na fiscalização dos mananciais, entre outros fatores, despertaram uma multidão estimada em mais de um milhão de pessoas para essas áreas na Grande São Paulo. O Governo, aliado a interesses de

da Capital. O Governo estadual acredita que perto de 580 mil pessoas moram nas margens das represas Billings e Guarapiranga, e que a maioria contraria a legislação de proteção aos mananciais. A ocupação mais acentuada nessa área aconteceu de 1985 a 1991.

Já na Região Metropolitana, o Governo estadual estima que existem 800 mil pessoas vivendo em áreas de mananciais. O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, Antonio Fernando Pinheiro Pedro, acredita que existam 1,5 milhão. A grande maioria dessas pessoas está em situação ilegal.

RAPIDEZ

Distante 42 quilômetros do Centro, no Sul da cidade, está Vargem Grande.



Sebastião: independente do Estado

vinculadas à EMPG Ulysses Guimarães, em atividade desde 23 de março do ano passado. Seis dessas salas foram construídas pela própria comunidade. As outras duas são em contêineres da



A comunidade iniciou construção da escola e depois teve apoio do Governo

por semana. A energia elétrica é legal em apenas 10% das moradias, isto é, 90% são clandestinas. O esgoto é lançado em fossas sépticas e a água vem de poços. A luta é a disposição pelo tra-

parando a Vargem com o condomínio de luxo situado a Oeste da Capital.

A Vargem Grande está instalada numa área tombada pelo Condephaat. O Departamento de Geofísica do Instituto

Abastecimento vai ser prejudicado

O reflexo da ocupação indiscriminada dos mananciais poderá ser o prejuízo no abastecimento de água de 16 milhões de pessoas na Grande São Paulo. A legislação sobre os mananciais é estadual e está em vigor desde 1975 (Lei de ocupação do solo) e 1976 (Lei de proteção e zoneamento). Nesses 20 anos a lei praticamente não saiu do papel e a realidade dessas áreas ultrapassou todos os limites. Agora, tenta-se aprovar uma nova legislação.

Segundo o coordenador de Planejamento Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Eduardo Traut, o mérito da atual legislação foi conseguir evitar a invasão industrial dos mananciais. Para tentar reverter a situação quanto às invasões efetuadas, o Go-

políticos em permanente campanha, além de abrir brechas para invasões acaba incentivando-as diretamente. Enquanto o Estado tem maior poder de fiscalização, mesmo porque a legislação sobre mananciais é estadual, aos municípios cabe a fiscalização sobre o uso e ocupação do solo.

Exemplo de ilegalidade confirmada pelo Poder Público está no extremo Sul

em Parabeiros. Localizado numa área de 2,9 milhões de metros quadrados, os 35 mil moradores estão agindo bem mais rápido do que fariam os administradores públicos. Fruto de ocupação ilegal, apesar de ter sido comprado em 1989 pela entidade que os representava, o local ainda teve benefícios oficiais de infra-estrutura.

Lá funcionam oito salas de classes

Reis, ex-vice-prefeito e ex-secretário de Educação) veio inaugurar a escola", lembra a segunda secretária da Associação Comunitária Habitacional Vargem Grande, Cristiane Ferreira da Silva.

TELEFONE

A comunidade local também conseguiu 50 linhas telefônicas; uma linha de ônibus até Santo Amaro, distante 32 quilômetros; e coleta de lixo duas vezes

breve, num posto de saúde, um bosque para lazer e a pavimentação de suas 65 ruas com bloquetes de cimento. Até a segurança local é mantida pela associação com seis agentes particulares.

"Vamos ficar independentes do Governo, se o povo fosse unido aqui seria igual Alphaville", brinca, com um fundo de verdade, o presidente da associação, Sebastião Carmo Silva, com-

da o local. Pela conformação do terreno, é provável que, há muito tempo, não caído lá um meteoro. A área foi comprada de um particular, mas só poderia ter 140 lotes e não os sete mil atuais. Numa ponta do terreno funciona a Casa de Detenção de Parabeiros, inaugurada em 1991, mediante autorização especial, por ser considerada de alto interesse público.

Assembleia Legislativa um projeto de lei tratando justamente da preservação e recuperação dessas áreas. O deputado Djalma Bom (PT) também tem um texto, apresentado no ano passado, tratando do problema.

A preocupação dos técnicos é de que no ano 2010 a água da Região Metropolitana e Norte do Estado seja de péssima qualidade. Por isso, mais essa tentativa de preservar os mananciais. Dentre os sistemas que abastecem a Região Metropolitana: o Guarapiranga responde por 20,79%; o do Rio Grande, onde está a Billings, 6,02%; e o da Cadeira (ao Norte da Capital), 56,7.

O maior receio da população mora em mananciais é a retransição. Antecipa que a intenção do projeto não é de remover a população mas de preservar o fornecimento de água. "O plano terá respostas sobre a habitação coordenador sobre possíveis definições que terão de ser feitas e aprovação de futuros que vão tratar os mananciais separadamente".

"Onde vai pôr o povo não sabemos mais da gente mas não sai nemos, não invadimos", assegura o presidente Comunitária Habitacional Vargem Grande, Sebastião Carmo Silva. É aí que reaparece o projeto do Governo e não apresenta tratamento presidente Ambiente dos do B Pinheiro verno: concret o projeto: as gente e fic F

50 mil nas margens da Billings

A área da Península do Cocaia, como também é conhecida, reúne perto de dez bairros: alguns legalizados, onde moram 50 mil pessoas à beira da represa Billings. Com algumas diferenças da Vargem Grande, esta localidade foi vendida em grande parte por loteadores clandestinos. O início de sua ocupação foi em 1986 e, hoje, seu comércio é bem organizado, há escolas das redes estadual e municipal, um posto policial e outro de saúde. Em contrapartida, são milhares as ligações clandestinas de água e energia elétrica.

A luta da população local é pela ampliação dos serviços públicos. Os moradores defendem a canalização de esgoto ou o incentivo à construção de fossas sépticas. O presidente da Sociedade de Moradores, Zé do Cocaia, e seus colegas de entidades próximas,

como a presidente da Associação Comunitária Cantinho do Céu, Floripes Pereira de Andrade, também brigam pela legalização das moradias, a exemplo de outros habitantes em mananciais que estão nessa situação.

Recentemente, o promotor de Meio Ambiente, Hamilton Alonso Júnior, determinou que os governos estadual e municipal façam um levantamento de todas as instalações comerciais, notadamente casas de material de construção, e de serviços do Cocaia. A medida surgiu de uma representação do presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, Antonio Fernando Pinheiro Pedro. Além de apontar o desrespeito à lei, Pinheiro Pedro frisa que esses estabelecimentos funcionam, lucram e, fundados na ilegalidade, não pagam imposto.



Floripes e José unidos nas lutas



Além de infra-estrutura básica, clandestinos conseguiram linha de ônibus

Idraceutro desbravou região

O balconista e o racceiro, José, tinha Vitória, ido em Mar, na Paraf-mora em em Grande 1987, dois antes de a er compra definitivo oprietário or. Ele foi is primei chegar ao untamente mulher, Gilma, e três filhos — n quatro. "Aqui só tinha uma

da segunda secretária da associação comunitária de Vargem Grande, Cristiane Ferreira da Silva, se mudou em

Secretaria corta luz e água

Há dois anos, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente decidiu fiscalizar as áreas de mananciais. Entre as medidas estava a paralisação da instalação de água e energia elétrica, mediante convênio com a Eletropaulo e a Sabesp. "Dessa época para cá, houve perto de 60 autos de demolição, coisa que nunca tinha sido feita", afirma o diretor de Fiscalização do Departamento de Uso do Solo Metropolitano da secretaria, Lauriberto da Silva Salles.

Apesar de concordar com o conceito do projeto de mananciais, a coordenadora do Programa Guarapiranga, Elisabete França, julga ineficaz esse tipo de corte. "Não há morador na Guarapiranga que não puxe luz", aponta, referindo-se à linha de transmissão de energia.





“ PODE FALTAR ÁGUA NO FUTURO ”

(Do diretor do Departamento de Uso do Solo Metropolitano, Cláudio Bolzani)

Mananciais já têm 150 loteamentos irregulares

CERCA DE 1,5 MILHÃO DE PESSOAS RESIDEM
NESSAS REGIÕES. OCUPAÇÃO PODE AFETAR
QUALIDADE DA ÁGUA DA CIDADE

Rachel Cardoso

Cerca de 1,5 milhão de pessoas residem nas áreas de mananciais na cidade de São Paulo. A falta de fiscalização dessas construções tem reflexo direto na



qualidade da água consumida pela população. Um levantamento feito pela Secretaria Municipal da Habitação localizou 150 loteamentos irregulares em torno das bacias das Represas Bilings e da Guarapiranga.

Apesar de o problema ser antigo, divergências entre autoridades municipais e estaduais podem provocar novos conflitos como o ocorrido, anteontem, no Jardim Falcão. “A situação chegou a esse ponto em função da falta de um controle rígido dos órgãos responsáveis pela fiscalização”, disse o diretor do Departamento de Uso do Solo Metropolitano (DUSM), Cláudio Bolzani, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

O processo de invasão da região teve início na década de 80 e foi rápido. A lei previa a demolição das construções. “Algumas administrações municipais acharam que a questão social era prioridade e deixaram de respeitar as regras”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Advogados Ambientalistas (Aba),

Antonio Fernando Pinheiro Pedro.

A lei de proteção aos mananciais, de 1976, diz que prefeituras e Estado podem organizar medidas emergenciais. Estabelece também um limite para a ocupação do local: uma família para cada 500 metros quadrados. Revisada e aprovada no fim do ano passado, a única modificação refere-se às diretrizes das bacias. “Haverá sub-comitês específicos para cuidar de cada uma delas.”

Toda a região continua crescendo no escuro. Caso não haja um controle efetivo do problema, aproximadamente 14 milhões de pessoas

serão prejudicadas pelas consequências da poluição, que pode ser pontual (saídas de esgoto), e difusa (originária do escoamento superficial).

Quanto mais gente morando nessas locais, maior a intervenção no meio ambiente. “Podemos até conviver com a falta de água no futuro”, alerta Bolzani. Ele explica que a vegetação deve ser preservada para evitar erosões. Com o assoreamento, menos água chegaria à represa.

Só a Guarapiranga é responsável por 20% do abastecimento da cidade. É por isso que o tratamento da água do reservatório é, em média, quatro vezes mais caro do que o dos outros sete sistemas produtores de São Paulo.

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) mos-

trou que 59,71% da região tem características físicas que impossibilitam o assentamento urbano.

Apenas 5% da região apresenta condições favoráveis à urbanização. Mesmo assim, de acordo com o Diagnóstico Preliminar da Bacia do Guarapiranga, feito pelo Instituto Socioambiental entre

1989 e 1996, a expansão urbana no período foi de 52,6%, causando uma perda de 15% da vegetação local.

O promotor Carlos Alberto Amim Filho, do Ministério Público da Habitação, informa que outras áreas clandestinas devem ser desocupadas em breve. Existe uma liminar para retirada dos habitantes de loteamento irregular denominado Cantinho do Céu, no bairro Cocaia, região sul da Represa Bilings.

Para evitar problemas na hora de comprar um terreno, algumas precauções devem ser tomadas. Averiguar se a pessoa que vende é mesmo o loteador ou apenas um grileiro. É uma delas. É preciso também se certificar se existe a aprovação da prefeitura para a venda do local e verificar se existe um registro no cartório de imóveis.

Processo começou
em 80 e foi
estimulado por
administrações que
priorizaram questão
social



Invasores serão retirados de área da represa Billings

ANA MARIA BARBOSA

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente está se preparando para retirar outras 2,4 mil famílias que ocupam área de proteção aos mananciais na região da represa Billings. O Departamento de Uso do Solo Metropolitano já possui liminares garantindo a demolição de casas e barracos instalados na Chácara Caritinho do Céu e em Pabréu, no Grajaú, Zona Sul, a exemplo do que aconteceu no Jardim Falcão, em São Bernardo, na quarta-feira.

Segundo o diretor de fiscalização do departamento, Dagoberto Meneghini, as construções irregulares ocupam áreas de primeira categoria — que ficam dentro da faixa de 50 metros às margens da represa ou ao longo de corpos de água — ou áreas de risco de deslizamento de terra. Embora sejam terrenos particulares, a desocupação, sem data para acontecer, não é reintegração de posse, porque os donos não fizeram requerimento.

As ações civis públicas foram movidas pela Promotoria de Meio Ambiente a partir de representação da secretaria, por causa do desrespeito à lei de proteção aos mananciais. No total, estima-se que 1,5 milhão de pessoas morem irregularmente nessas regiões. A retirada deverá ocorrer, segundo Meneghini, nas áreas de risco à saúde, à vida ou ao manancial.

A desocupação deverá contar com apoio da Prefeitura de São Paulo, da Polícia Militar e do Ministério Público. "As famílias invasoras vêm sendo notificadas da irregularidade, mas apostam na desobediência", disse o diretor.



Saída para os mananciais

JOSÉ AMORIM

Conhecendo os problemas que afligem as pessoas que vivem nas áreas dos mananciais, estamos realizando debates, reuniões e atos públicos, visando à aprovação imediata do projeto de lei 150/97, que trata da recuperação dos mananciais por bacias hidrográficas, beneficiando mais de 800 mil famílias que moram nestas áreas.

Vale lembrar que é uma região carente e que todos os projetos que visam beneficiá-la são comumente barrados pela Secretaria do Meio Ambiente e Ministério Público.

O artigo 7º, parágrafo 1º, do projeto prevê a composição de um órgão colegiado da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), com gestão tripartite, assegurando participação do município, Estado e sociedade civil, todos com direito a voz e voto. Isto quer dizer que cada região formará comitês para analisar os problemas e apresentar soluções em conjunto. Nenhuma decisão poderá ser tomada sem a participação das partes.

O projeto, em síntese, tem o objetivo de descentralizar o planejamento e a gestão das bacias hidrográficas dos mananciais visando sua proteção e recuperação, promovendo uma gestão participativa, integrada por setores e instâncias governamentais, além da sociedade civil, permitindo assim a execução de obras emergenciais, ambientais e sanitárias, que não apresentem riscos à vida e à saúde pública, ou comprometam a utilização dos mananciais para fins de abastecimento de água potável.

O progresso da região depende da aprovação de uma lei que garanta o bem-estar da população. A lei atual não permite a construção de casas, pontes, grandes avenidas, linhas de Metrô,



canalização de córrego, instalação de água e saneamento básico, regularização dos lotes com as devidas escrituras, legalizadas e legalização do comércio, indústrias e outros benefícios a mais.

Nosso objetivo é exigir que os deputados estaduais aprovem o projeto. E, para isso, é preciso também que haja uma mobilização de toda sociedade e que o Governo Estadual se conscientize de que a má qualidade de nossa água não traz só prejuízos para os habitantes da cidade de São Paulo, mas também para os moradores dos municípios vizinhos que utilizam a água dos nossos mananciais.

Queremos uma atenção especial das nossas autoridades, para que os R\$ 142 milhões que serão investidos em 1998 na rede de água e os R\$ 116 milhões nas redes coletoras de esgoto contemplem a Zona Sul e municípios vizinhos para que possamos viver com dignidade.

José Amorim é líder do PTB na Câmara Municipal

29

Protesto, obras em mananciais são aprovadas



Heitor Hui/AE



Professor Mohamed Habib: "O governo está reconhecendo lotes clandestinos"

se à situação de risco vivida por 3 milhões

é solução para afirma secretária

tou ouvindo as diversas manifestações. Na reunião, a OAB fez uma proposta para que o estudo de impacto ambiental seja feito quando houver necessidade.

Estado - Mas ele só propôs isso porque viu que a proposta de haver um estudo global seria rejeitada. Deixou claro que achava essa recusa inconstitucional...

Vera - Se ele acha inconstitucional, não poderia fazer outra proposta.

Estado - Quais os efeitos da ocupação sobre a água agora e quais serão após o plano?

Vera - Hoje, só na Represa de Guarapiranga, temos 2 metros cúbicos por segundo de lixo despejados diretamente na água. Com as canalizações, deve haver remoção de 80% da sujeira.

Estado - O que fazer no caso das regiões que são objeto de ações em julgamento?

Vera - Se não forem aprovadas, as obras não serão feitas.

"Povo está sendo enganado", diz professor da Unicamp

Professor de Ecologia no Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mohamed Habib sentiu-se ofendido ontem, na reunião do Consesma que aprovou o Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais. Um dos conselheiros disse, sob aplausos, que não seriam "estudinhos" feitos na universidade que resolveriam o problema da população que mora nas regiões de mananciais. Habib defendeu os cientistas e ganhou desculpas da secretária-adjunta Vera Bononi.

Estado - Por que não deveria ter sido aprovado o Plano de Emergência, da forma como foi apresentado?

Habib - O governo está aproveitando o fim de mandato para impor um tipo de plano que é muito perigoso. Há um desrespeito à Constituição. O que fizeram foi uma grande enganação. É um estímulo para novos moradores. O governo está reconhecendo e dando legalidade aos lotes clandestinos.

Estado - Qual a importância de haver Estudo e Relatório de Impacto Ambiental?

Habib - Para garantir medidas que não prejudiquem mais o ambiente. Do jeito que está, o plano pode piorar a situação. E depois não teremos condições de corrigir o impacto. Aí eles trazem para cá essa população carente para vaiar e fazer chantagem emocional contra os conselheiros. Só que ela está sendo enganada. É como dar uma chupeta para a criança com fome, e não a mamadeira.

Estado - A secretaria alega que as medidas tirarão 80% da sujeira da água das represas.

Habib - Não é verdade. Vai continuar o mesmo índice ou até piorar, porque vai ter mais gente morando nesses locais, consumindo mais água. Nos Estados Unidos, há um limite de nove moradores por quilômetro quadrado, nas áreas de mananciais. Aqui, já temos regiões com 3 mil habitantes por quilômetro quadrado.

Por 20 votos a 4, conselho autorizou intervenção em 313 bairros clandestinos

ALCEU LUIS CASTILHO

Por 20 votos a 4, mais a abstenção do representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consesma) aprovou ontem o Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais, regulamentado pelo governador Mário Covas em abril. Ele determina a realização, em 18 meses, de obras de infraestrutura (água, luz e esgoto), drenagem, contenção de erosão e recomposição de vegetação em 313 bairros formados clandestinamente nas regiões de mananciais.

Como adiantou o Estado ontem, o resultado já era previsto pelas entidades que se opõem ao plano, pois todos os projetos do governo estadual costumam ser aprovados nas reuniões do Consesma. As entidades que se puseram contra o projeto por causa da inexistência de um Estudo e de um Relatório de Impacto Ambiental sobre os efeitos das 1.008 obras nas regiões de mananciais - que abrangem 54% do espaço da metrópole - sobre o ambiente.

O promotor José Carlos Meloni Sicoli, representante do MP, protestou contra o que considera "um sistemático desrespeito da Secretaria do Meio Ambiente à legislação ambiental". "Trata-se de uma anistia disfarçada, que reforça a idéia que os brasileiros têm de que as leis estão aí para não serem cumpridas, quando convém aos interesses políticos e econômicos", disse, ao justificar o voto contra o plano de emer-

gência. Ele disse que, se dependesse dele (o caso caberá a outro promotor), o MP entraria hoje com uma ação de inconstitucionalidade.

O arquiteto Roberto Saruê, do Movimento Defesa São Paulo, citou a série de reportagens do Estado sobre a Serra da Cantareira como um motivo para a rejeição do projeto do governo. "Do jeito que está, o plano vai apenas induzir a mais ocupações", afirmou. "Se o poder público não tem capacidade de fiscalizar as atuais ocupações irregulares, como mostrou a reportagem do Estado, o que se dirá das próximas?"

Início - Algumas das 1.008 obras em torno das Represas Billings e Cantareira e da Cabeceira do Tietê poderão ser iniciadas já na sexta-feira, caso o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos confirme amanhã, como está previsto na proposta do governo. A audiência pública será realizada às 14 horas, no Palácio dos Bandeirantes.

A reunião realizada ontem no auditório da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) contou com a participação de moradores dos bairros que serão beneficiados pelo plano. Boa parte dos 18 representantes de secretarias estaduais cedeu o tempo de discurso no plenário para representantes de moradores.

O representante da OAB no Consesma, Márcio Cammarosano, comemorou ontem uma vitória parcial na negociação com os conselheiros. Percebendo que a proposta de um Estudo de Impacto Ambiental para todo o Plano não ia ser aprovada, ele propôs um adendo que incluía o estudo como necessidade em cada obra de rede de água e esgoto.

**PARA O
MINISTÉRIO
PÚBLICO, FOI
UMA ANISTIA**

a é novo alvo de ocupações



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Assessoria de Imprensa da Presidência

O ESTADO DE S. PAULO
Data 09/10/98 PÁG. 04 -

Anistia a 313 bairros é referendada

Por 19 votos a 2, Conselho Estadual dos Recursos Hídricos confirmou a aprovação do projeto

Por 19 votos a 2, o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos aprovou ontem o Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais, regulamentado pelo governador Mário Covas em abril. Ele prevê obras de infraestrutura em 313 bairros clandestinos localizados em torno das Represas Billings e Guarapiranga e da Cabeceira do Tietê. A partir de hoje, intervenções que não preci-

sam de licitação e de estudos ambientais já poderão ser iniciadas.

Na terça-feira, o plano havia sido aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), com alguns adendos propostos por conselheiros. A parte mais polêmica era a inexistência de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de um Relatório de Impacto Ambiental (Rima), conforme prevê a Constituição.

Um dos itens acrescentados ao

projeto inicial partiu do representante da Ordem dos Advogados do Brasil no conselho, Márcio Cammarosano, contrário ao plano sem a obrigatoriedade do EIA/Rima. Os representantes do Ministério Público, da Universidade Estadual de Campinas e do Instituto dos Arquitetos do Brasil no Consema alegaram que as intervenções devem atrair ainda mais moradores para as regiões de mananciais, o que pode acelerar o proces-

**INTERVENÇÕES
DEVEM
ATRAIR MAIS
MORADORES**

Começa debate sobre recuperação da represa Billings

A recuperação da represa Billings para possibilitar o captação da totalidade de suas águas para o abastecimento público começou a ser debatida ontem pelo Governo do Estado, as prefeituras que estão dentro da sua bacia e a sociedade civil. A intenção é garantir a pureza das águas do manancial até os primeiros anos do século XXI. A tarefa tem sido considerada possível por técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, que já constataram que a represa tem se autodepurado desde 92, quando os esgotos do rio Pinheiros deixaram de ser lançados em seu corpo principal. A proposta de recuperação ambiental deve ser finalizada até junho.

Atualmente, apenas o braço Rio Grande da represa é utilizado para o abastecimento. Até o final do ano, as águas do braço Taquacetuba da Billings também começam a ser captadas. Segundo Renato Tagnin, coordenador da proposta na Secretaria de Meio Ambiente, o desafio a ser vencido é o controle das atividades que ainda ameaçam a Billings. "Temos de fortalecer a vitalização natural da represa", disse Tagnin. Uma das tarefas é o controle da poluição do rio Pinheiros. Ele não é mais lançado diariamente na represa, mas continua a ter seu curso invertido toda vez que há ameaça de enchentes na Capital.

Para o ambientalista Carlos Bocuhy, da Campanha Billings, Eu Te Quero Viva!, o processo para a elaboração do programa de recuperação está de ponta-cabeça. "O diagnóstico sobre a situação da represa já deveria estar pronto", afirmou. Segundo Tagnin, tais levantamentos estão sendo elaborados. Entre eles está o estudo dos sedimentos que ficam no fundo da represa. Já foi constatado que o lodo possui metais pesados. Agora, os técnicos querem saber até que ponto pode acontecer a mistura desses resíduos com a água.

so de contaminação de águas.

O governo alega que haverá fiscalização e as ações do MP vão continuar, independentemente dos benefícios do plano aos invasores que já moram nas regiões atingidas. Ontem, os representantes da Assembléia Permanente de Entidades de Meio Ambiente e da Federação de Agricultura do Estado foram os únicos conselheiros a votar contra o projeto.

A partir de campanha da *Rádio Eldorado*, dezenas de ouvintes enviaram fax para a Secretaria dos Recursos Hídricos, Saneamento e Obras para protestar contra o plano de emergência. (A.L.C.)



C I D A D E A L E R T A

Prefeitura cadastra camelôs

ESTÃO abertas as inscrições para ambulantes que desejarem legalizar sua atividade e operar no Pop Center (Centro Popular de Compras), construído pela Prefeitura, no Brás, Zona Leste. Também podem fazer inscrição pessoas desempregadas que queiram iniciar um pequeno negócio. A orientação e o treinamento para os interessados serão dados pelo Sebrae, através de um convênio firmado com a Prefeitura. O Pop Center deve começar a funcionar ainda este mês. Os candidatos devem comparecer à rua Barão de Ladário, 159, largo da Concórdia, em horário comercial. O investimento mensal necessário para instalação e aluguel de uma banca no shopping popular é de R\$ 99,00. O projeto idealizado pela Prefeitura, através da Secretaria de Planejamento, é uma alternativa para os camelôs proibidos de continuar trabalhando nas ruas da Capital. Os vendedores autônomos serão legalizados e receberão um espaço determinado para trabalhar.

Decreto vai beneficiar encortiçados

O Governo do Estado ainda não definiu prazo para a compra de imóveis que poderão beneficiar os que moradores de cortiço. Ontem, durante reunião entre representantes do Fórum de Cortiços e do Governo, ficou decidido que o governador em exercício, Geraldo Alckmin, vai assinar o Decreto de Interesse Social, que autoriza a compra de prédios para o Programa de Atuação em Cortiço (PAC). Desde o início da semana, 400 famílias ocuparam o Hospital Humberto Primo (antigo Hospital Matarazzo), desativado, para pressionar o governo.

Segundo a coordenadora do Fórum, Verônica Kroll, o governador pretende assinar o decreto durante uma audiência pública, mas a data não foi marcada. Até lá, as famílias não sairão do hospital. O Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), proprietário do hospital, já entrou com pedido de reintegração de posse na Justiça. "Vamos pedir um prazo maior para o Previ", afirmou Verônica.

Entre os imóveis que poderão ser comprados pelo governo estão a área do Hipódromo, no Brás, região central, e um prédio de 11 andares entre a avenida São João e rua Ana Cintra, no Centro. "Queremos a construção de casas e pagar por elas", disse Verônica.

Conselho aprova plano de recuperação ambiental

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou ontem o Plano Emergencial de Recuperação Ambiental dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, que vai facilitar a implantação de rede de esgoto e regularização de moradia em 313 bairros formados a partir de ocupações irregulares. O plano tem como objetivo fazer 1.088 obras de remoção de esgotos, que hoje são jogados nas represas de Guarapiranga, Billings e Paiva Castro (Mairiporã).

Segundo a secretária-adjunta estadual de Meio Ambiente, Vera Bononi, o Estado e as prefeituras de cidades banhadas pelas represas

estão autorizados a dar início a pequenas intervenções, mas os projetos mais abrangentes deverão passar ainda por aprovação ambiental.

Para o promotor de Meio Ambiente, Marcelo Dawailibi, a falta de programa para estas populações coloca em risco a eficiência do plano aprovado. "É como enxugar gelo. A regularização das moradias e a instalação de infraestrutura podem incentivar mais invasões. Além disso, as pessoas que não estão contempladas continuarão jogando esgoto nas represas", criticou. A secretária respondeu que as moradias que não entram no plano deverão ser removidas.



JAIME PINSKY

O crime da Cantareira

As reportagens que o Estado vem publicando sobre a ocupação irregular da Serra da Cantareira por loteamentos clandestinos são impressionantes: trata-se não só da destruição de uma formidável área verde em plena região metropolitana, mas da possível contaminação de uma região de mananciais responsável pelo fornecimento de água para mais de 50% da população paulistana. As consequências desse processo, a médio prazo, são evidentes: rápida degradação das condições ambientais, desequilíbrio climático e custo astronômico no desenvolvimento de novas e distantes fontes de abastecimento de água.

Responsáveis não se apresentam. Autoridades apontam uma vaga "pressão urbana" ou a "vocalização histórica para o crescimento desordenado" como fatores determinantes dessa ação. Ora, nós, os historiadores, sabemos que a História é feita por seres humanos, e não por movimentos deterministas (como pretendiam tanto os marxistas de viés stalinista como os que acham que o "mercado" é o ícone da vez). E neste caso os agentes do processo são facilmente nomeáveis: especuladores imobiliários inescrupulosos, poder público omissos, fiscais corruptos e população desassistida no seu direito elementar de morar, pois, como diz a geógrafa Arlete Moises, "mesmo num país tropical, morar é preciso".

E as soluções, perguntaria meu leitor de resultados, quais as soluções? Basta pensar com um pouco de lógica que elas se impõem. Primeiramente, há que ter uma política consistente e sustentável de habitação popular. Hoje não se terá sequer o pretexto do crescimento populacional desordenado como atenuante para sua ausência: afinal, sabemos que tanto por

migração como por aumento vegetativo estamos com tendência clara de estabilidade. Temos, contudo, um enorme déficit habitacional que precisa ser resgatado com programas mais sérios do que meia dúzia de "cingapuras" eleitoralmente inaugurados junto às marginais e às grandes avenidas. A conta será alta. Mas, se o poder público não fizer isso, ao custo que for, as pessoas continuarão resolvendo seus problemas da maneira que puderem e a um preço que, no final das contas, ficará ainda mais alto para o conjunto de cidadãos. Já temos, segundo dados da própria Secretaria de Habitação (?), 1 milhão de pessoas em loteamentos clandestinos, 900 mil em favelas e 600 mil em cortiços...

Depois, há que pensar em formas de fiscalização diferentes das que existem. Numa cidade onde cidadãos de edifícios vizinhos não conseguem sequer fechar um bar ruidoso, irregularmente aberto em zona residencial (se a nossa Prefeitura não "conseguir" encontrá-los, proponho-me a ajudá-la);

numa cidade em cujas feiras frangueiros e peixeiros deixam as aves e os pescados expostos sem proteção e sem gelo (é mais barato dar uns filés ao fiscal do que comprar gelo); numa cidade onde reformas irregulares são feitas nas barbas dos fiscais, sem licença da Prefeitura; nessa cidade - que pode ser a nossa, mas não é só a nossa -, seria ingênuo esperar que os fiscais vissem o que qualquer passante vê: loteamentos piratas e irregulares pululando por toda a cidade. É urgente terminar com o esquema atual de loteamento das administrações regionais, é fundamental pagar muito bem aos funcionários da Prefeitura e punir com a exclusão do serviço público os que se envolverem em qualquer falcatura. Tolerância zero com a corrupção institucionali-

zada pode ser um sonho distante, mas é condição prévia para que não continuemos reféns da máfia do jeitinho, seja com relação aos camelôs, às feiras, aos botecos irregulares ou aos loteamentos clandestinos.

Tem de haver também punições adequadas para os criminosos ecológicos, os corifeus do capitalismo predatório. Esse talvez seja o passo mais difícil, pois dependerá de uma justiça menos lenta e burocrática, o que é ainda um sonho remoto, mas não impossível, uma vez que lá e cá se nota vontade política de mudança em promotores e juizes conscientes do seu papel social.

Dos quase cinco séculos decorridos desde Cabral, durante mais de três séculos súditos de Portugal, por muitas décadas súditos da monarquia, súditos da oligarquia na República Velha e de várias ditaduras por longas temporadas (de 30 a 45 e de 64 a 85). Durante os poucos anos de democracia formal fomos vítimas de renúncias, suicídios, deposições e tentativas de golpe. Ser cidadão, isto é, ser livre e responsável, se opõe à condição de súdito, em que se é privado da liberdade e, portanto, irresponsável. A História talvez explique a arrogância da nossa elite e o hábito do "jeitinho" do nosso povo: tanto para manter o poder como para suportá-lo, aprendemos a atuar à margem da lei. Numa sociedade democrática como a que alegamos querer construir não há mais espaço para arrogância e jeitinhos.

■ Jaime Pinsky, historiador, doutor e livre-docente pela USP e ex-professor-titular da Unicamp, é diretor da Editora Contexto e autor de *Cidadania e Educação*, entre outros livros.

Numa sociedade democrática não há mais espaço para arrogância e jeitinhos



AMBIENTE

Pitta propõe ação conjunta na Cantareira

Prefeito sobrevoou a região e disse que Estado e Município poderiam agir contra loteadores

ALCEU LUÍS CASTILHO

O prefeito Celso Pitta (PPB) sobrevoou ontem de helicóptero a região da Serra da Cantareira. Ele foi checar a situação da área de proteção ambiental de 56 milhões de metros quadrados que, conforme o Estado vem publicando nas últimas semanas, está sofrendo um processo de degradação por causa da proliferação de loteamentos ilegais. "Constatei que a Prefeitura tem sido enérgica para coibir novos avanços, pois vi que muitos loteamentos que estavam no início foram embargados", disse Pitta.

Em cálculo feito com o administrador regional de Perus, Almir Pinto, ele estimou em 120 mil o número de pessoas que moram clandestinamente na região. O total de habitações ilegais, segundo o prefeito, é de aproximadamente 26 mil. "Para se ter uma dimensão desse número, basta lembrar que desde o início do Cingapura entregamos 32 mil unidades", comparou. "Para resolver o problema, teríamos de repetir tudo o que foi feito, somente no que se refere a essa região."

O prefeito propôs ontem ao governador em exercício, Geraldo Alckmin (PSDB), uma ação conjunta da Prefeitura e do Estado no combate aos criminosos que agem na região e no entorno das áreas de mananciais. Segundo o secretário de Comunicação Social, Antenor Braido, Alckmin mostrou-se "simpático" à idéia e, até o início da semana, deve discutir novamente o tema com o prefeito.

De acordo com Pitta, esse pacto deve incluir o aumento de policiais na fiscalização, como teria sido feito na retirada de camelôs e meni-

nos de rua da Praça da Sé. Outra ação seria o combate a depósitos ilegais de materiais de construção, entre outras iniciativas.

O prefeito declarou-se a favor da urbanização de áreas onde os assentamentos tenham mais de dez anos. "Onde é que vamos colocar 3 milhões de pessoas?", perguntou, referindo-se ao número de pessoas que vivem em áreas de mananciais.

Riscos - Segundo Pitta, a falta de política urbana em São Paulo talvez seja o principal motivo para a proliferação de lotes clandestinos. Ele diz que a fiscalização da Prefeitura tem sido eficiente, mas necessita de mais apoio da Polícia Militar em "ações concretas" de fiscalização. "Toda vez que uma autoridade civil vai à Cantareira e embarga uma obra corre riscos, até mesmo físicos", afirmou.

Ele disse que muitos loteamentos clandestinos passaram a ser legalizados a partir do momento em que foi instalada rede de água. O prefeito não quis fazer críticas ao Plano Emergencial do governo estadual (*leia ao lado*), que prevê a

instalação de redes de água, luz e esgoto em 313 bairros clandestinos localizados em áreas de mananciais. "O projeto para a Represa de Guarapiranga, feito em parceria com o Estado, também trata de oferecer infra-estrutura para diminuir a contaminação da água."

Devastação - De acordo com reportagens publicadas pelo Estado desde o dia 27, cerca de 1 milhão de árvores foram destruídas somente no ano passado para a construção de obras ilegais. Duas pessoas, Alcides Pereira Lopes e Carlos Roberto Bauer, foram indiciadas sob acusação de vender lotes clandestinos. Para fiscalizar a área de 56 milhões de metros quadrados, há oito agentes, ou um para cada 7 milhões de metros quadrados.

SÃO 26 MIL
HABITAÇÕES
ILEGAIS,
CALCULA



Ocupação dos mananciais é regularizada

Aprovado plano que prevê infra-estrutura para 313 loteamentos clandestinos. Mas algumas casas terão de ser demolidas

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou, ontem, por 21 votos a favor e 2 contra, o Plano Emergencial de Recuperação Ambiental das Áreas de Mananciais, que fornecem a água potável da cidade. Essa era a última etapa necessária para o início das obras de infra-estrutura nos 313 loteamentos clandestinos, instalados nas áreas de mananciais de São Paulo.

Os ambientalistas acreditam que a "regularização" dos bairros vai funcionar como um convite a novas invasões, pois a fiscalização sempre foi precária. Mas o secretário de Recursos Hídricos, Hugo Marques da Rosa, ressaltou que o plano trará benefícios aos mananciais porque será feito de maneira integrada com um programa de fiscalização. "Serão feitas obras de saneamento básico para que o esgoto não seja mais despejado nas bacias."

Quando Ana Paula Jesus Oliveira comprou um terreno no Cantinho do Céu, há quatro anos, não sabia que estava se mudando para uma área de proteção de mananciais. Hoje, sua casa é uma das 380 do bairro que deverá ser desocupada por estar muito próxima da água. Um dos loteamentos contemplados pelo Plano Emergencial do Estado, o Cantinho do Céu fica no extremo sul de São Paulo, à beira da Represa Billings, e tem 48 mil habitantes.

A maioria dos moradores ignora estar em uma área de mananciais e vive sem sistema de esgoto, ligação regular de luz ou coleta de lixo. A consequência é que o esgoto corre a céu aberto para a represa que, junto da Guarapiranga, abastece 3 milhões de pessoas na cidade. As casas têm fossas construídas irregularmente, o que coloca em risco o lençol freático. Apesar de o plano

beneficiar os moradores, com implantação de infra-estrutura básica, ele prevê que as casas a menos de 50 metros da represa ou em terrenos muito inclinados sejam retiradas.

As invasões começaram em 1986. A área foi loteada sem respeito à quota mínima de terreno por unidade residencial exigida por lei. Segundo o técnico José Álvaro Coelho, do S.O.S. Mananciais, os terrenos têm no máximo 125 metros quadrados. "A lei previa um mínimo de 500 metros quadrados para áreas de proteção de manancial."

A última casa da Rua Francisco Inácio Solano, uma das poucas ruas do Cantinho do Céu que consta do mapa de São Paulo, está quase dentro da represa e pertence a Dulcineide Andrade. O marido foi assassinado há poucos meses e ela ficou sem lugar para morar, precisando cuidar dos quatro filhos. "O pessoal construiu essa casa aqui para mim porque eu não tinha para onde ir, mas não sabia que era proibido."

Cantinho do Céu

Risenberg Benedito Felix é outro que mora na margem da Billings. "Gosto daqui. Isso aqui é lindo e tem de ser preservado. Mas eles querem resolver o problema criando outro", diz, referindo-se à intimidação para deixar o local, distribuída pela Prefeitura no mês passado a muitos moradores em áreas de risco. "Ninguém dá certeza se vai dar um canto para a gente." O pai de Risenberg, Pedro Benedito Felix, mora no Cantinho do Céu há dois anos e conta que colocou todas as suas economias na casa: "Comprei o terreno por R\$ 1,5 mil e coloquei mais R\$ 18 mil na casa."

De acordo com o administrador regional da Capela do Socorro, Toshiyuki Takeda, as pessoas que saírem do Cantinho do Céu e demais locais de risco deverão ser contempladas com alguma solução. "Um dos motivos por que a desocupação não foi feita ainda é não termos definido onde colocar os moradores. Esta decisão depende de um trabalho de equipe que envolve as Secretarias de Habitação e do Meio Ambiente, entre outros órgãos e entidades."

O plano prevê 2 mil ligações de água e 9,6 mil de esgoto no Cantinho do Céu. O custo será de R\$ 460 mil para a água e R\$ 4,8 milhões para o esgoto, que serão pagos pela Sabesp.

Juliana Monachesi e Camila Garcia

municípios da Grande São Paulo fazem parte do programa

INÁCIO VIEGA - Ode. Legislativo
RE 11.138

Folha n.º 20 de 1998
Aut Jacobo

Loteamento em área de mananciais na Billings: regularização polêmica

O motivo da representação, entregue ao promotor Marcelo Dawalibi, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, foi a divulgação, pelo Estado, de uma série de reportagens que mostram o comércio de lotes clandestinos na Serra da Cantareira. "É inadmissível a responsabilidade dos cidadãos, em razão da omissão na fiscalização e controle da ocupação da serra", argumentou Diogo. Para ele, está evidente a caracterização de crime ambiental. O ex-secretário de Estado do Meio Ambiente Fabio Feldmann já responde a processo por improbidade administrativa pelo mesmo motivo. (Alceu Luís Castilho)



Encontro avalia programa ambiental

Estado e prefeituras entendem que boa parte das metas foram atingidas na Bacia do Guarapiranga

MAURÍCIO MORAES
Especial para o Estado

Iniciado em janeiro de 1993, o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga já atingiu boa parte dos resultados planejados. De acordo com representantes do governo do Estado e das prefeituras de São Paulo, Embu, Embu-Guaçu e Itapeverica da Serra, boa parte das metas estipuladas foram cumpridas nos cinco anos de existência do projeto. Alguns problemas, no entanto, como as ligações de esgoto clandestinas e o modo como se dará o desenvolvimento sustentado da região, ainda esperam por uma solução definitiva.

As conclusões são resultado

do Fórum de Discussão do Programa Guarapiranga, evento promovido anteontem, em Itapeverica da Serra, reunindo membros do governo e líderes dos moradores da área. O objetivo do encontro foi realizar uma prestação de contas sobre o que foi feito de concreto até agora com os recursos destinados ao projeto.

No total, foram aplicados US\$ 262 milhões na região, dos quais US\$ 119 milhões foram fornecidos pelo Banco Mundial e US\$ 143 milhões vieram do governo do Estado, das prefeituras dos municípios situados nas proximidades da bacia e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Atraso – O programa, que deveria ser concluído no fim do ano,

deve estender-se até dezembro de 1999. “Como o projeto é muito complexo, o prazo estipulado não foi suficiente”, afirma o coordenador do Programa Guarapiranga, Dirceu Rioji Yamazaki. Ele destaca, contudo, que as principais ações planejadas se encontram em estágio avançado. “De um modo geral, cerca de 80% do que se pretendia já foi cumprido.”

O porcentual refere-se aos dois campos que fazem parte da iniciativa. De um la-

do, obras corretivas têm sido feitas para recuperar o que foi degradado com a ocupação irregular da represa. Entre os principais pontos estão o aumento do sistema de coleta de esgoto, a melhoria do recolhimento do lixo e a urbanização das favelas existentes na área.

Com relação a esse último item, dados divulgados pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano indicam que o trabalho estará completo em 65 favelas até dezembro. “Até o fim do ano também conseguiremos fazer com que 65% do esgoto da bacia seja exportado para tratamento em outras estações”, garante o secretário-executivo do subcomitê Cotia-Guarapiranga, Dagoberto Meneghini.

A outra parte do programa tem como objetivo conservar os benefícios obtidos pela população da área. Um modelo de gestão para a bacia está sendo desenvolvido pelos governos do Estado e dos municípios. Para que o projeto se concretize, novas leis foram colocadas em discussão. Entre as aprovadas está a que permite a criação da Agência do Alto Tietê, órgão formado por representantes da sociedade civil, do Estado e dos municípios cujo objetivo será coordenar futuras ações na região da represa.

FORAM
APLICADOS R\$
262 MILHÕES
NA REGIÃO



Ação de loteadores continua na Cantareira

Estado e Prefeitura prometeram rigor para impedir as ocupações ilegais, mas nada tem sido feito; reportagem do 'Estado' constatou que falsas associações de moradores ainda estão vendendo lotes na serra

IVANA MOREIRA

Diante de inúmeras denúncias, Estado e Prefeitura comprometeram-se a agir com rigor no combate à ocupação irregular na Serra da Cantareira, na zona norte de São Paulo. Mas as promessas feitas parecem não ter saído dos gabinetes do governo. Percorrendo a região o que se comprova é que, sem fiscalização, falsas associações continuam loteando a serra.

Vinte dias depois de ter publicado reportagem revelando a degradação da Cantareira, uma consequência da ocupação irregular do solo, o Estado voltou à região e constatou que nada foi feito para impedir a venda de lotes clandestinos na região. Seguros da impunidade, corretores de loteamentos ilegais continuam em plena atividade.

Na sexta-feira, a reportagem esteve no loteamento Labitare, na altura do número 13.500 da Avenida Sezefredo Fagundes. Pensando tratar-se de clientes em potencial, os funcionários do escritório da Cooperativa Habitacional Labitare informaram que havia pelo menos 20 lotes de 100 metros quadrados disponíveis para venda por uma entrada de R\$ 4.040,00 e 63 prestações de R\$ 314,00. O preço ainda inclui planta-modelo para a construção do imóvel.

"Escritura não tem, mas um dia acaba saindo", explicou Pereira, um dos primeiros compradores de lotes no Labitare, que costuma dar uma "mãozinha" à cooperativa. A pedido de uma funcionária do escritório, ele se encarregou de mostrar à repórter os lotes à venda. "Pode demorar quatro ou cinco anos, mas acabam regularizando", garantiu.

A convicção de Pereira, que pre-

tende montar um comércio no andar térreo da casa em construção, está embasada numa experiência anterior. Há alguns anos ele comprou um lote irregular em outro loteamento clandestino e hoje já tem a escritura do imóvel. "Para o morador não tem problema", argumentou. "Quem pode ter complicação é a cooperativa."

O Labitare foi aberto há cerca de um ano. Pela escritura, a área total pertence à Metalúrgica Sul Americana. A cooperativa tem apenas um contrato de compra e venda com a metalúrgica.

De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o loteamento foi embargado e a cooperativa foi autuada por desmatamento irregular. O caso foi comunicado ao Ministério Público. A medida, no entanto, não produziu nenhum efeito prático visível.

Diretores da Labitare estão envolvidos em pelo menos quatro outros loteamentos clandestinos. Um deles é o Brasil Novo, aberto há pouco mais de dois meses e revelado pela reportagem do Estado. Corretores con-

tinuam trabalhando normalmente em todos eles.

Abastecimento - Loteamentos clandestinos e invasões roubaram da Cantareira, só em 1997, um milhão de árvores, conforme comprovou um estudo da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. A degradação na serra - apontada como a maior floresta urbana do mundo - é extremamente preocupante. Segundo ambientalistas, se nenhuma providência for tomada para conter a ocupação irregular, o sistema Cantareira - responsável por cerca de 60% do abastecimento de São Paulo - poderá atingir níveis de contaminação e poluição semelhantes aos das Represas Billings e Guarapiranga.

 **OCUPAÇÃO
COMPROMETE O
PRINCIPAL
COMPLEXO DE
ABASTECIMENTO
DE ÁGUA DA
CAPITAL**



Sem fiscalização, lei dos anos 70 foi descumprida

*Desrespeito a regras
estabelecidas compromete
os recursos hídricos
da região*

Leis de proteção às áreas de mananciais da região Metropolitana de São Paulo estão em vigência desde a década de 70. Durante mais de 20 anos, no entanto, elas praticamente não saíram do papel. A despeito das regras estabelecidas pelas leis de 1975 e 1976, a ocupação desordenada provocou graves comprometimentos dos recursos hídricos da região. Desde 1997 – com a aprovação da Lei Estadual 9.866, que é uma revisão das anteriores –, tenta-se reverter o quadro e evi-

tar o caos no sistema de abastecimento de água.

Para orientar a ocupação em torno das bacias hidrográficas dos mananciais, a legislação atual estabelece duas espécies de áreas, denominadas primeira categoria e segunda categoria (veja quadro).

As áreas consideradas de primeira categoria são aquelas situadas às margens das represas, dos rios e dos córregos, as áreas cobertas por matas, as inundáveis e as de grande declividade. Nessas regiões é vetada a ocupação urbana.

Nas áreas classificadas como segunda categoria, o solo está dividido em três classes com diferentes limites de densidade populacional. Na classe C é permitida densidade de ocupação entre 6 e 24 habitantes por hectare, dependendo da distância dos mananciais.

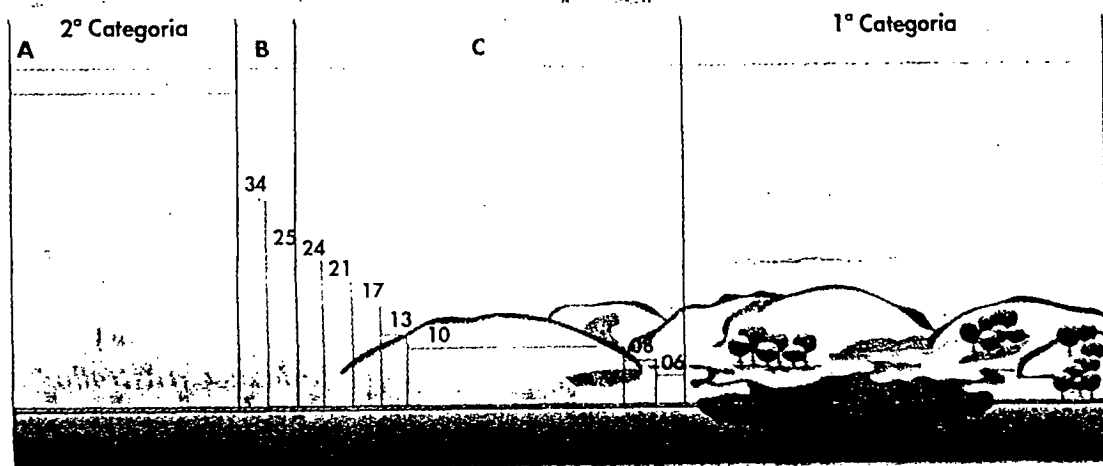
Na classe B é permitida densidade entre 25 e 34 habitantes por hectare. Na classe A, é permitida densidade de até 50 habi-

tantes por hectare. Há casos, como ocorre em alguns pontos da Serra da Cantareira, em que a área está sujeita tanto à lei estadual de proteção aos mananciais quanto à lei municipal de zoneamento. Aí, prevalece sempre a regra mais restritiva.

Parcelamento – Projetos de loteamentos são aprovados – ou indeferidos – de acordo com esses parâmetros. Dependendo da classe em que está situado o terreno são definidos os limites de parcelamento do solo. Além do tamanho mínimo dos lotes, a lei define também o potencial de construção da área, ou seja, quanto pode ser desmatado para a construção e quanto tem de ser preservado. A legislação prevê severas punições para quem desrespeitar os limites. (I. M.)

CRITÉRIOS DE OCUPAÇÃO DO SOLO NAS REGIÕES DE MANANCIAIS

A legislação atual estabelece duas categorias de áreas de proteção, com diferentes parâmetros urbanísticos



1.ª Categoria: áreas onde não pode haver ocupação urbana, situadas às margens das represas, dos rios e córregos, áreas cobertas por matas, áreas inundáveis próximas às represas e cursos d'água e as áreas de grande declividade.

2.ª Categoria: áreas divididas em três classes (A, B e C).

Classe C: área onde é permitida densidade de ocupação nos limites entre 6 habitantes por hectare e 24 habitantes por hectare.

Classe B: área onde é permitida densidade de ocupação entre 25 habitantes por hectare e 34 habitantes por hectare.

Classe A: área urbana com densidade superior até 50 habitantes por hectare.

CONDIÇÕES DE USO DA ÁGUA

■ Aceitável □ Ruim ■ Péssima

Em 1990



Projeção para 2010



1. Alto Tietê
2. Baixada Santista
3. Médio-Tietê
4. Piracicaba
5. Mogi-Guaçu
6. Pardo
7. Sapucaí/Grande
8. Baixo Pardo
9. Turvo/Grande
10. Aguapeí



A contaminação da água

Não é apenas o esgoto doméstico, correndo a céu aberto nos loteamentos clandestinos, que contamina os mananciais na região metropolitana de São Paulo. Muito mais perigosas para a saúde pública são as toneladas de lixo que o poder público despeja diariamente no que resta de mata atlântica na região. Prefeituras de várias cidades mantêm há muito tempo lixões improvisados, feitos sem a menor preocupação técnica, cujo chorume contamina o lençol freático, agride o meio ambiente e pode comprometer a saúde de milhões de pessoas.

Na região formada por 11 municípios vizinhos da Rodovia Fernão Dias, concentram-se as Represas de Juqueri, Atibainha e Jaguari, o Reservatório Cachoeira, córregos e rios responsáveis pelo abastecimento d'água de 50% da população de São Paulo. O descaso das autoridades da maioria dessas cidades é uma constante. As prefeituras de Mairiporã – onde se localizam 80% das áreas de mananciais – e Atibaia despejam, juntas, na região, 70 toneladas diárias de detritos sem obedecer a nenhuma regra de proteção ambiental. O lixo é depositado em terrenos alugados, sem infra-estrutura para recebê-lo. São depósitos onde se amontoa o lixo sem o mínimo controle.

Durante décadas, o governo estadual não se interessou em punir as autoridades municipais que descumpriam a legislação de proteção aos mananciais e ao meio ambiente. Como consequência, hoje, o abastecimento de água da região metropolitana está comprometido.

A situação não é diferente no resto do Estado: Dos 645 municípios paulistas, cerca de 500 têm lixões irregulares – depósitos sem autorização, onde moram pessoas, e onde outras trabalham recolhendo material re-

ciclável, sem proteção individual de qualquer tipo. Dos 11 municípios que deveriam estar cuidando dos mananciais que abastecem a região metropolitana, apenas Bragança Paulista tem aterro sanitário.

Somente no atual governo, a Cetesb decidiu exigir dos prefeitos o cumprimento das suas obrigações, levando-os a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que impõe a transformação dos lixões em

aterros sanitários. Para que não se pense que é apenas mais um documento que se guarda nos arquivos, a secretária do Meio Ambiente avisa que as mul-

tas pelo descumprimento das normas são tão altas que se torna mais vantajoso para as prefeituras construir aterros sanitários do que pagá-las.

Além dessa medida, o Estado destinará parte da arrecadação proveniente das multas da Operação Rodízio para auxiliar esses municípios na adequação dos depósitos de lixo. Antes disso, porém, será preciso que a fiscalização seja severa e a cobrança das multas seja imediata.

Mairiporã é um exemplo claro de como isso não se faz. A cidade já foi multada seis vezes – a última multa no valor de R\$ 16 mil – e nada fez até agora para adequar o depósito de lixo, que funciona sem licença ambiental, de instalação e de funcionamento. A secretária do Meio Ambiente avisa que o próximo passo para que aquele município seja punido será o Estado recorrer à Justiça.

O Ministério Público tem como instaurar um inquérito civil público para apurar responsabilidades sobre os danos ambientais e responsabilizar as autoridades faltosas através de ações civis públicas, se não ações penais. Para isso, entre outras coisas, foi promulgada a lei dos crimes ambientais.

**Mananciais
responsáveis pelo
abastecimento de
50% de São Paulo
são ameaçados
por lixões**



Secretário propõe cerco a lotes clandestinos

Lair Krahenbuhl, da Secretaria de Habitação, diz que medida impediria ocupação na Cantareira

ALCEU LUÍS CASTILHO

O secretário municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Lair Krahenbuhl, propôs ontem o fechamento dos acessos aos loteamentos clandestinos na Serra da Cantareira, na zona norte de São Paulo, como forma de prevenir mais ocupações e desmatamento. Reportagem publicada ontem no Estado mostrou que a venda de lotes continua ocorrendo, 20 dias após a primeira revelação de um desmatamento irregular de milhões de árvores nos últimos anos. As vendas e o pagamento de parcelas são feitas em escritórios construídos em locais que tiveram obras embargadas.

As autoridades estaduais alegam que cumpriram sua parte na fiscalização e a punição dos responsáveis pelos loteamentos depende agora da Justiça. A secretária de Estado do Meio Ambiente, Stela Goldenstein, informou que os terrenos vendidos pela Cooperativa Habitacional Labitare não ficam nem em área de mananciais nem em área de proteção ambiental. "Como já fizemos a autuação por desmatamento irregular, o caso fica agora com a Prefeitura", disse.

Segundo a delegada Juliana Godoy Rodrigues, que investiga o caso, a secretaria ainda não informou que os lotes não ficam em área de mananciais ou de proteção ambiental, o que é decisivo para os rumos do inquérito. "Enviei um ofício no dia 28 de agosto pedindo a informação e até agora não recebi resposta", disse. "Se for um desses casos, a investigação ficará a cargo do Decon (Departamento Estadual de Polícia do Consumidor)."

A Secretaria do Meio Ambiente alega que já enviou a informação para o Decon, onde também estaria instaurado um

inquérito a respeito da venda de lotes no Condomínio Labitare. "Se ainda não foi enviado à delegada, vai ser", diz a coordenadora de Proteção dos Recursos Naturais da

secretaria, Helena Carrascosa. "Mas o processo está desde abril no Decon e eles têm a informação", garante.

Indiciados - Todo o loteamento Labitare já foi embargado. O proprietário da Cooperativa Habitacional Labitare, Gilber-

to Alves Machado, foi indiciado no dia 15 de setembro. A delegada informou que há ligação entre o Labitare e o loteamento Brasil Novo, aberto há cerca de dois meses. Um dos corretores, Rivelino Pereira dos Santos, atua tanto no Labitare como na Cooperativa Brasil Novo. Ele já foi notificado pela delegacia, mas não compareceu para depor. No dia 30, foram indiciados o presidente e o vice-presidente da Sociedade Organizadora Jardim Joana d'Arc, Alcides Pereira Lopes e Carlos Roberto Bauer.

A conexão entre os loteamentos clandestinos é cada vez mais evidente, de acordo com

PROPRIETÁRIO
DE
LOTEAMENTO JÁ
FOI INDICIADO

a delegada Juliana. O presidente da Brasil Novo chama-se Marcos Antônio Bauer, irmão de Carlos Roberto. A secretária Leide Jane da Silva, da Labitare, também já foi indiciada. Preferiu não dar declarações, mas continua trabalhando no local. Foi ela quem, na sexta-feira, recebeu a reportagem do Estado e indicou um "comprador" chamado Pereira para mostrar os lotes e os preços. A delegada informa que está também à procura de um "Pereira".

Juliana acredita que esses donos de cooperativas são, na verdade, testas-de-ferro dos verdadeiros líderes do comércio ile-

gal, que seriam pessoas de grande poder econômico e político. As associações comunitárias são consideradas falsas. "A gente acaba punindo essas pessoas e não consegue chegar às que efetivamente mandam", diz a delegada. "É uma indústria."

A proposta de Krahenbuhl tem o objetivo de impedir a entrada tanto de loteadores como de compradores nos locais embargados. "Por que não se cerca o local?", pergunta o secretário

de Habitação. O local onde Leide e outros acusados continuam trabalhando, em uma casa de alvenaria, tem telefone, computador, impressora e toda a infra-estrutura necessária para um escritório.

Depois que um fiscal passa pelo local, todas as atividades voltam a funcionar normalmente. A multiplicação desse tipo de loteadores clandestinos provocou, somente no ano passado, o corte de 1 milhão de árvores na Serra da Cantareira, de acordo com estudo feito pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.



Integração é essencial para salvar mananciais

Essa foi uma das conclusões de debate promovido pelo "Estado" sobre o problema

Quatro temas relacionados à proteção de áreas de mananciais foram propostos pelo Estado a seis debatedores, entre autoridades e ambientalistas. O debate, realizado anteontem na sede do jornal, contou com a participação dos secretários estaduais do Meio Ambiente, Stela Goldenstein, e de Recursos Hídricos, Hugo Rosa, do secretário municipal da Habitação, Lair Krahenbuhl, do coordenador das Promotorias de Meio Ambiente do Ministério Público, Antônio Herman Benjamin, do diretor da campanha Billings, Eu Te Quero Viva, Carlos Bocuhy, e da diretora da SOS Mata Atlântica, Érika Bechara. A seguir, os principais trechos do debate:

Estado – O que deve ser feito para estancar o problema da ocupação irregular nessas áreas?

Stela Goldenstein – O tema é bastante complexo. Não podemos entender esse problema olhando só para as áreas de mananciais. Temos décadas de desenvolvimento urbano desregrado, fruto em grande parte de uma transição do rural para o urbano que o País teve nos últimos 30, 40 anos. Foi um período de transição muito rápido e os investimentos públicos, a infraestrutura e o aparato jurídico não acompanharam. No que diz respeito à proteção de mananciais, ficamos simplesmente com um dos segmentos desse grande arranjo que foi o da legislação de uso do solo, o de fiscalização. E ela sozinha não dá conta do problema.

Hugo Rosa – A questão de mananciais, e outras áreas de proteção, deve estar vinculada a um modelo de sistema de gestão, com um banco de dados onde são recolhidas informações de todo tipo, sobre topografia, tipo de cobertura vegetal, ausência, de infraestrutura, ocupação, etc. A partir desse banco de dados, e por meio de um modelo de correlação de qualidade entre uso e ocupação do solo e qualidade do manancial, é possível construir cenários, que podem então ser base para leis específicas estaduais e municipais de uso e ocupação do solo coerentes com esse plano geral.

Lair Krahenbuhl – Como estancar? Acho que com três medidas: programas habitacionais adequados que permitam remover obrigatoriamente famílias das áreas de primeira categoria para promover seu desadensamento; infra-estrutura de drenagem, com melhoria de acessos para o controle de erosão e coleta de lixo, urbanização de favelas onde se caminha para a regularização e não haja prejuízo ao meio ambiente; articulação de outros órgãos como agências que o governo do Estado está propondo e outras entidades que possam intervir no processo.

Antônio Herman Benjamin – Parece-me que o ponto inicial é um cadastramento criterioso de toda essa massa populacional nessas áreas. Sem isso, não teremos a idéia exata da dimensão do problema nem condições de evitar que qualquer medida que tenha um apelo do tipo anistia possa, na verdade, significar uma aplicação do problema, não uma resolução. O segundo ponto imediato é uma fiscalização eficiente. E é importante ressaltar que isso não é punição, é prevenção. Um terceiro ponto fundamental é uma punição rigorosa dos envolvidos na "máfia dos loteamentos irregulares".

Carlos Bocuhy – O ponto frágil desse processo todo é a absoluta falta de fiscalização. O que ocorre hoje nos mananciais não é apenas uma questão de ocupação para habitação, o caso é muito mais sério: temos uma espoliação do dano ambiental. O Ministério Público tem conhecimento disso. Quando a pessoa recebe intimação é o quarto ou o quinto proprietário que já repassou o lote muitas vezes. Portanto, o que ocorre na verdade é um processo contínuo que não pára, porque Estado não está presente.

Érika Bechara – A necessidade de uma política habitacional é unanimidade. Mas não é só a necessidade de morar que levou as pessoas a ocupar a região dos mananciais. É a falta de credibilidade na lei, principalmente na atuação do poder público, que teoricamente

deveria impedir a ocupação dessas áreas. É preciso vontade política.

Estado – Até que ponto a legislação atual está adequada?

Rosa – Estamos num processo de modificação das leis. As antigas, de 75 e 76, permanecem em vigor, mas ano passado foi aprovada nova Lei de Proteção de Mananciais que criou diretrizes para um novo modelo de gestão. No futuro deveremos ter leis específicas para cada um dos mananciais; a primeira delas, já em fase final de elaboração, é a lei específica do Guarapiranga. Não é verdade que essa lei do ano passado foi feita sem diagnóstico. O governo tinha um conhecimento muito grande da situação.

Krahenbuhl – No que se refere à Billings, ouvimos todas as entidades, consultamos a Comissão de Meio Ambiente da OAB, chamamos todos os secretários da Habitação e Meio Ambiente não só da cidade de São Paulo, mas também da região da Serra, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires. Todas. Tivemos reuniões específicas com eles, chamamos a Promotoria de Habi-

tação e Urbanismo e a Promotoria de Meio Ambiente e, com os pareceres de cada uma delas, fizemos uma proposta para regulamentação que foi encaminhada ao Subcomitê de Bacia e está sendo analisada pela Secretaria de Meio Ambiente. Quer dizer, temos um consenso. Mas urge a regulamentação. Estamos perdendo tempo.

Benjamin – O problema que enfrentamos não é de lei, é mesmo de implementação da lei. No entendimento do Ministério Público, a legislação permite uma intervenção pronta do poder público, Estado e município, não havendo a necessidade de nenhuma revolução legislativa para que possamos pelo menos limitar a degradação dos mananciais. Os órgãos municipais e estaduais têm de aprender ou ter coragem de utilizar sua autoridade. O direito administrativo brasileiro permite que o poder público estadual e municipal executem suas próprias ordens para fazer a demolição de áreas que estão ocupadas a curtíssimo tempo. Mas para isso precisa haver fiscalização. Quando falamos em fiscalização falamos em economia para o poder público.



Bocuihy – A lei é boa e contempla a questão. Mas precisamos avançar conceitualmente no Estado. Nesse processo o que está em jogo é o modelo de Estado que temos, é o modelo do gestor do meio ambiente, que é aquele que detém o poder de polícia, o poder de elaborar a política pública. Infelizmente, na minha opinião, o governo atual fez uma opção: ele trabalhou com a redução de pessoas para enxugar a máquina e agora não tem pessoal nem recursos. Mas porque tem um problema interno, o governo não pode dizer que a fiscalização não é importante. É importante, sim.

Erika – O aparato legislativo me parece realmente adequado. Há alguns aspectos bastante interessantes na Lei de Proteção dos Mananciais, principalmente pelo fato de ela não ser extremamente restritiva, permitindo uma ocupação sustentada, orientada. Uma lei que proíbe tudo acaba encontrando dificuldade em ser aplicada. Portanto, tudo fica na questão de executar. A lei existe, é boa e precisa ser executada.

Stela – Para não ficar só nessa discussão da eficiência ou não da lei, se a fiscalização é suficiente ou não, queria avançar um pouco numa questão muito interessante que é a de se usar mecanismos de mercado, que a nova lei permite. Ou seja, se eu conseguir manter valor para aqueles terrenos, se agregar valor a eles e permitir investimentos que façam o vínculo entre uso e proteção, temos aí uma chance muito boa de sair dessa equação do punitivo, do repressivo. Incorporando valor à terra e permitindo usos protetivos, vamos estar fugindo dessa equação de desemprego, baixa renda, invasão e repressão.

Estado – Tanto a Prefeitura quanto o Estado anunciaram planos de emergência para levar infra-estrutura às áreas ocupadas. Isso não pode estar incentivando novas invasões?

Krahenbuhl – Há uma questão de emergência. Existe gente que está morrendo em áreas de risco geotécnico. Mas tem de ser muito bem caracterizado o que é risco ambiental, risco de vida em relação às edificações e o que é risco da questão le-

gal. Apoiamos as ações de emergência propostas pelo Estado, desde que elas caminhem para uma situação de regularização fundiária. Se você faz a infra-estrutura, a rede de água, e a rua não pode ser alagada, isso nunca vai passar pe-

lo crivo da legislação fundiária, ou seja, nunca vai haver matrícula, as pessoas nunca serão proprietárias. Toda intervenção feita no mundo foi fadada em insucesso.

Benjamin – Há um mérito que é inegável do Plano Emergencial, que é atacar o problema. O que precisamos discutir é como o problema está sendo atacado. Então é uma questão das providências que estão sendo propostas. Segundo, a questão da oportunidade em que este plano é aprovado e é posto em prática no Estado. O poder público não tem como dizer, primeiro, se está estimulando ou não novas invasões. Segundo, não tem condições de estabelecer de maneira correta quais são as áreas em que essas medidas precisariam ser mais utilizadas. Por último, não podemos esquecer que essas medidas podem trazer repercussão danosa para o poder público num segundo momento. Se posteriormente o mesmo Estado quiser remover aquela população que já recebeu água, luz e esgoto, essas pessoas terão um grande argumento para exigir indenização.

Bocuihy – Eu participei de uma reunião dentro do Subcomitê Billings-Tamanduateí, na qual ameacei a retirada da bancada ambientalista. Havia ali uma população imensa. A cada loteamento anunciado que receberia a benfeitoria havia aplausos. Então foi nesse clima de anistia, de contentamento, que foram anunciadas as obras de emergência. Aquela população que estava lá tinha um interesse fundiário, específico. Somos minoria defendendo o interesse público e não há uma mobilização de 20 milhões da região metropolitana, que dependem dessa água e de futuras gerações para irem lá reivindicar seus direitos.

Erika – Quando estou diante dessa situação lamentável da ocupação dos mananciais, vejo como o princípio da prevenção deveria ser realmente aplicado. Não é uma crítica à gestão atual,

porque a ocupação vem de décadas, 20, 30 anos. Permitiu-se ou fechou-se os olhos para uma ocupação irregular e hoje temos essa questão de mais de 1 milhão de pessoas ocupando e diante da impossibilidade de removê-las todas, justamente porque para remover de uma maneira até pacífica seria preciso que o poder público desse alternativas de moradia. Mas reconheço que o Plano Emergencial tem uma finalidade até nobre.

Stela – Nós temos uma vasta população, pelo menos 1,5 milhão de pessoas, que está hoje ocupando irregularmente essa área, como fruto de décadas de falta de planejamento urbano e de várias políticas setoriais adequadas. Essa população hoje capta água irregularmente, tem eletricidade, pois rouba eletricidade. Não estamos falando de uma população que agora vai passar a ter infra-estrutura. Ela tem, mas é extremamente precária. Não tem coleta e afastamento de esgoto. Portanto, tem dano para as represas. Não tem contenção de erosão, reflorestamento, contenção de taludes, regularização de

DEBATE

REUNIÃO

AUTORIDADES E

AMBIENTALISTAS

drenagens, enfim não tem nada que possa preservar as represas. Então existe a necessidade de se tratar de alguma forma essas ocupações para proteger a saúde pública e a qualidade das águas.

Rosa – Em primeiro lugar, a população foi para áreas onde não tinha infra-estrutura. Se é verdade que a infra-estrutura induz ocupações, por que essas ocupações não ocorreram em lugares onde já existia infra-estrutura? Finalmente, quando foi posto que é o interesse daquela população que se opõe ao do restante da população da região metropolitana, não é verdade. Quando falamos em saúde pública, não é um risco só para essa população de 1,5 milhão de pessoas. Quando temos 1 milhão de pessoas na região metropolitana sem condições de saneamento, isso é um risco para toda a população, para os 17 milhões de habitantes da região metropolitana.

Estado – Em vários momentos falou-se da necessidade da interação das várias instâncias envolvidas. Como fazer isso?



Benjamin – Essa interação é absolutamente imprescindível. A grande dificuldade é como vamos assegurar, dentro do processo democrático e da renovação dos quadros da administração pública, essa cooperação. O Ministério Público tem uma proposta, que diz respeito apenas à fiscalização, porque tanto o Estado como os municípios falam fiscalização, mas sempre de maneira muito abstrata. O Ministério Público está aberto a firmar um termo de compromisso com Estado e municípios, para ter de maneira minuciosa quais são as medidas de fiscalização e de implementação da legislação. Seria então assinado um acordo, mas com sanções, que permitiria assegurar que, qualquer que seja o quadro político, tenhamos uma continuidade, pelo menos na fiscalização.

Bocuyh – Há a responsabilidade concorrente dos entes da Federação: sociedade civil, governos estaduais e municipais é a União. Isso, previsto na Constituição, tem sido mais uma espécie de jogo de empurra no momento, na questão dos mananciais. Como resolver isso? Eu acho que o doutor Herman aponta aqui, com muita seriedade, uma articulação institucional de compromisso da sociedade no seu todo.

Erika – Não apenas a somatória dos esforços do poder público, dos entes da administração, mas da sociedade civil também, que pode desenvolver uma série de atividades e colaborar com o poder público na política ambiental. A prova disso são os projetos de educação ambiental desenvolvidos por várias ONGs. Se nós, infelizmente, ainda articulamos pouco com o poder público é porque ainda não conseguimos nos entender perfeitamente.

Stela – A primeira coisa que tem de se pensar é em integração dentro do próprio poder público. Com frequência, as políticas públicas são pensadas de forma muito setorizada, segmentada. Outro tipo é entre a tomada de decisão no setor público e os setores privados em geral. Temos de pensar em tipos de parcerias e integrações.

Rosa – É absolutamente necessária e desejável a integração das diferentes políticas públicas, integração de Estado e municípios com a sociedade civil. Mas não basta ter vontade de fazer, é preciso que criemos mecanismos. Sobre a questão dos mananciais, temos dois tipos de questão, uma urgente, de curto prazo, a fiscalização. A outra é discutir os modelos de gestão, o que queremos para nossas áreas de mananciais e de que forma vamos conduzir a gestão pública no sentido de que possamos estar, no futuro, evitando que se repitam as situações de degradação.

Krahenbuhl – Temos de respeitar sempre os interesses específicos dos municípios e criar uma forma de ouvir muito claramente os cidadãos, os moradores. Precisamos criar mecanismos de audiência prévia para as verdadeiras vítimas que são essas pessoas que estão lá. Queria chamar a atenção para um assunto sobre essa questão do meio ambiente no âmbito do município, para que a gente possa fazer e promover, no que depender de São Paulo, esse acordo formal de intenções, evidentemente sempre coordenado pela ação do Estado.



Favela é reurbanizada na Guarapiranga

Área reurbanizada, com 18 mil metros quadrados, fica em encosta ocupada por 196 famílias

PAULA PEREIRA

O prefeito Celso Pitta entregou ontem obras de urbanização da Favela Jardim Alexandrina/Jardim Gustavo, às margens da Represa de Guarapiranga, na zona sul, responsável pelo abastecimento de água de 3 milhões de pessoas. O trecho inaugurado é apenas a primeira fase do Programa Guarapiranga, de urbanização da região, e custou R\$ 1, 5 milhão à Prefeitura, ao Estado e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Novos empréstimos ao Bird estão sendo estudados para outras áreas de ocupação irregular.

A área urbanizada, de 18 mil metros quadrados, fica em uma encosta ocupada por 196 famílias. O projeto, iniciado em março de 1996, instalou redes de saneamento básico e recapeou o sistema viário. "Não há como remover 400 mil pessoas da Bacia do Guarapiranga", justificou o prefeito. Ele defendeu a urbanização como forma de evitar consequências piores para os mananciais porque dimi-

nui o impacto das péssimas condições de vida dessa população nos córregos que abastecem a represa.

"Mais rigor" – Além das obras de infra-estrutura nas 150 favelas da região, estão previstas intervenções para recuperar as margens da represa. "As áreas de risco devem ser desocupadas, mas, nesse caso,

as famílias já estavam instaladas havia muito tempo", disse Pitta.

O prefeito afirmou que o primeiro passo para evitar situações como a da Represa de Guarapiranga, importante manancial repleto de ocupações irregulares, é impedir novas invasões com mais policiamento. "A fiscalização por parte da Secreta-

ria das Administrações Regionais será mais rigorosa."

Ontem, o secretário de Habitação, Lair Krahenbuhl, reforçou sua idéia, proposta na véspera, de um "cerco policial" para evitar as invasões. "Não há como a Prefeitura retirar os invasores." Segundo ele, a próxima área a ser urbanizada é a Represa Billings, onde vivem 80 mil pessoas. "Será preciso remover 5,7 mil pessoas que estão em área de risco."

Na semana passada, o Estado informou que a Pre-

feitura, o Estado e o Bird devem investir R\$ 1,6 bilhão na urbanização de moradias irregulares na Billings. O anúncio ocorreu uma semana após a aprovação do Plano Emergencial de Recuperação de Mananciais. Ele prevê obras em 313 bairros clandestinos em torno da Billings, Guarapiranga e da cabeceira do Rio Tietê.



MP quer firmar termo para proteger manancial

Compromisso seria assinado também pelo governo do Estado e municípios da região metropolitana

IVANA MOREIRA

O Ministério Público (MP) quer firmar com o Estado e com os municípios envolvidos na questão da proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo um termo de compromisso. O anúncio foi feito anteontem pelo coordenador das Promotorias de Meio Ambiente do MP, Antônio Herman Benjamin, durante debate promovido pelo Estado.

"Queremos estabelecer cláusulas específicas por região, tratando de providências claras, que serão cobradas, e de sanções a aplicar aos que não cumprirem o compromisso", informou Benjamin. Durante cerca de duas horas, seis debatedores – entre autoridades e ambientalistas – discutiram as principais questões relacionadas à ocupação irregular das áreas de mananciais.

A proposta do MP é definir, em um documento, de forma minuciosa, medidas de fiscalização e de regulamentação e execução da legislação de proteção aos mananciais. "Não queremos um documento genérico", ressaltou Benjamin. "É preciso estabelecer onde vamos intervir, como vamos intervir, onde teremos postos policiais e quantos homens participarão da fiscalização."

O termo de compromisso proposto pelo coordenador do MP teve o apoio dos debatedores. "Uma articulação institucional de compromisso da sociedade como um todo – governo e sociedade civil – é a única forma de resolver o problema" avaliou o coordenador da campanha Billings Eu Te Quero Viva, Carlos Bocuhy. O secretário municipal da Habitação, Lair Krahenbuhl, foi outro que salientou a importância de firmar um compromisso de ação com todos os municípios.

Durante o evento, o coordenador do MP lembrou que o problema da ocupação irregular nas áreas de mananciais da região metropolitana de São Paulo poderia ter sido evitado se Estado e municípios tivessem exercido um direito previsto em lei: o de demolir áreas re-

cém-ocupadas de forma irregular. A autorização, apesar de prevista no Direito Administrativo Brasileiro, foi esquecida pelos gestores das políticas de meio ambiente.

"Os órgãos municipais e estaduais ou não sabem utilizar sua autoridade ou não têm coragem para fazê-lo", condenou Benjamin. Segundo ele, Estado e prefeituras têm poder para executar demolições logo que uma ocupação irregular é constatada. Mas, em vez de resolver a questão imediatamente, os governos preferem deixar a solução cargo do Ministério Público e da Justiça. "Os governos jogam o problema para o Poder Judiciário."

DELEGACIA DE
POLÍCIA DA
HABITAÇÃO
DEVERIA SER
CRIADA
COM
URGÊNCIA

Omissão – A consequência da omissão é o agravamento do problema. Quando o Judiciário interfere, a dimensão da irregularidade é imensamente maior: dezenas de famílias – às vezes centenas – já construíram casas no lugar. Um exemplo recente é o caso do Jardim Falcão, em São Bernardo do Campo, onde foi preciso desalojar um imenso número de famílias. O episódio não teria ocorrido se a prefeitura tivesse tomado providências logo que as primeiras construções foram iniciadas no terreno.

Para o coordenador do MP, a fiscalização é o principal instrumento na solução do problema da ocupação de áreas de mananciais. Nesse sentido, a criação da Delegacia de Polícia da Habitação é, segundo ele, uma necessidade urgente. "A questão habitacional dos loteamentos é complexa no plano jurídico", explicou. "Não é qualquer promotor, juiz, delegado ou policial que tem condições para lidar com a complexidade legislativa e social que a matéria envolve."

Moradores reclamam de mau cheiro do Pinheiros

Moradores da região e funcionários de empresas próximas à Usina Elevatória de Traição, na zona sul da cidade, estão reclamando do excesso de lixo e sujeira no Rio Pinheiros. De acordo com a gerente de Informática Kátia Tonelle, o mau cheiro toma conta dos escritórios. "Às vezes, temos de trabalhar com as janelas fechadas."

Segundo o assessor-técnico da Empresa Metropolitana de Água e Esgoto, Paulo Fares, o problema ocorre porque nesta altura do rio estão dispostas redes

de contenção do lixo. O objetivo desses dispositivos é evitar que o material entre no equipamento da usina. De acordo com Fares, porém, o lixo é recolhido diariamente e não se acumula no rio.

Nesta semana, na avaliação do assessor, a quantidade de lixo está abaixo do normal. "O problema piora quando chove muito." Segundo ele, todo o material é retirado, sem um horário pré-estabelecido, depositado no pátio da usina e, posteriormente, levado para os aterros sanitários da Prefeitura. (Andréa Portella)



MP quer firmar termo para proteger manancial

Compromisso seria assinado também pelo governo do Estado e municípios da região metropolitana

IVANA MOREIRA

O Ministério Público (MP) quer firmar com o Estado e com os municípios envolvidos na questão da proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo um termo de compromisso. O anúncio foi feito anteontem pelo coordenador das Promotorias de Meio Ambiente do MP, Antônio Herman Benjamim, durante debate promovido pelo Estado.

“Queremos estabelecer cláusulas específicas por região, tratando de providências claras, que serão cobradas, e de sanções a aplicar aos que não cumprirem o compromisso”, informou Benjamim. Durante cerca de duas horas, seis debatedores – entre autoridades e ambientalistas – discutiram as principais questões relacionadas à ocupação irregular das áreas de mananciais.

A proposta do MP é definir, em um documento, de forma minuciosa, medidas de fiscalização e de regulamentação e execução da legislação de proteção aos mananciais. “Não queremos um documento genérico”, ressaltou Benjamim. “É preciso estabelecer onde vamos intervir, como vamos intervir, onde teremos postos policiais e quantos homens participarão da fiscalização.”

O termo de compromisso proposto pelo coordenador do MP teve o apoio dos debatedores. “Uma articulação institucional de compromisso da sociedade como um todo – governo e sociedade civil – é a única forma de resolver o problema” avaliou o coordenador da campanha Billings Eu Te Quero Viva, Carlos Bocuhy. O secretário municipal da Habitação, Lair Krahenbuhl, foi outro que salientou a importância de firmar um compromisso de ação com todos os municípios.

Durante o evento, o coordenador do MP lembrou que o problema da ocupação irregular nas áreas de mananciais da região metropolitana de São Paulo poderia ter sido evitado se Estado e municípios tivessem exercido um direito previsto em lei: o de demolir áreas re-

cém-ocupadas de forma irregular. A autorização, apesar de prevista no Direito Administrativo Brasileiro, foi esquecida pelos gestores das políticas de meio ambiente.

“Os órgãos municipais e estaduais ou não sabem utilizar sua autoridade ou não têm coragem para fazê-lo”, condenou Benjamim. Segundo ele, Estado e prefeituras têm poder para executar demolições logo que uma ocupação irregular é constatada. Mas, em vez de resolver a questão imediatamente, os governos preferem deixar a solução cargo do Ministério Público e da Justiça. “Os governos jogam o problema para o Poder Judiciário.”

DELEGACIA DE
POLÍCIA DA
HABITAÇÃO
DEVERIA SER
CRIADA
COM
URGÊNCIA

Omissão – A consequência da omissão é o agravamento do problema. Quando o Judiciário interfere, a dimensão da irregularidade é imensamente maior: dezenas de famílias – às vezes centenas – já construíram casas no lugar. Um exemplo recente é o caso do Jardim Falcão, em São Bernardo do Campo, onde foi preciso desalojar um imenso número de famílias. O episódio não teria ocorrido se a prefeitura tivesse tomado providências logo que as primeiras construções foram iniciadas no terreno.

Para o coordenador do MP, a fiscalização é o principal instrumento na solução do problema da ocupação de áreas de mananciais. Nesse sentido, a criação da Delegacia de Polícia da Habitação é, segundo ele, uma necessidade urgente. “A questão habitacional dos loteamentos é complexa no plano jurídico”, explicou. “Não é qualquer promotor, juiz, delegado ou policial que tem condições para lidar com a complexidade legislativa e social que a matéria envolve.”

Moradores reclamam de mau cheiro do Pinheiros

Moradores da região e funcionários de empresas próximas à Usina Elevatória de Traição, na zona sul da cidade, estão reclamando do excesso de lixo e sujeira no Rio Pinheiros. De acordo com a gerente de Informática Kátia Tonelle, o mau cheiro toma conta dos escritórios. “Às vezes, temos de trabalhar com as janelas fechadas.”

Segundo o assessor-técnico da Empresa Metropolitana de Água e Esgoto, Paulo Fares, o problema ocorre porque nesta altura do rio estão dispostas redes

de contenção do lixo. O objetivo desses dispositivos é evitar que o material entre no equipamento da usina. De acordo com Fares, porém, o lixo é recolhido diariamente e não se acumula no rio.

Nesta semana, na avaliação do assessor, a quantidade de lixo está abaixo do normal. “O problema piora quando chove muito.” Segundo ele, todo o material é retirado, sem um horário pré-estabelecido, depositado no pátio da usina e, posteriormente, levado para os aterros sanitários da Prefeitura. (Andréa Portella)



Mananciais: compromisso de preservar

Ministério Público
quer que Estado e
Prefeituras façam cumprir
leis e que construções
irregulares
sejam logo demolidas

O Ministério Público quer firmar um termo de compromisso com o Estado e com os municípios envolvidos na questão da proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo. A proposta foi feita ontem pelo coordenador das Promotorias de Meio Ambiente do MP, Antônio Herman Benjamim, durante debate promovido pelo Estado de S. Paulo. "Queremos estabelecer cláusulas específicas, tratando de providências claras, que serão cobradas, e de sanções a aplicar aos que não cumprirem o compromisso." A sugestão teve apoio dos outros debatedores, como Carlos Bocuhy, coordenador da campanha Billings Eu Te Quero Viva, e Lair Krahenbuhl, secretário municipal da Habitação.

Segundo Antônio Benjamim, o

problema da ocupação irregular nas áreas de mananciais da região metropolitana de São Paulo poderia ter sido evitado se Estado e municípios tivessem exercido um direito previsto em lei: o de demolir áreas recém-ocupadas de forma irregular. Estado e prefeituras têm poder para executar demolições logo que uma ocupação irregular é constatada. Mas preferem deixar a solução cargo do Ministério Público e da Justiça.

Quando o Judiciário interfere, a dimensão da irregularidade é imensamente maior: centenas de famílias já construíram casas no lugar, como aconteceu no Jardim Falcão, em São Bernardo do Campo.

Urbanização

O prefeito Celso Pitta entregou, ontem, obras de urbanização da Favela Jardim Alexandrina-Jardim Gustavo, às margens da Represa Guarapiranga, na zona sul, responsável pelo abastecimento de água para 3 milhões de pessoas. A parte inaugurada é a primeira fase do Programa Guarapiranga e custou R\$1,5 milhão, divididos entre Prefeitura, Estado e Banco Mundial (Bird).

A área urbanizada, de 18 mil m², é ocupada por 196 famílias. O projeto, iniciado em março de 1996, instalou redes de saneamento básico, recapeou o sistema viário e adaptou uma quadra de esportes. "Não há como remover 400 mil pessoas da Bacia Guarapiranga", justificou o prefeito, que defende a urbanização como forma de evitar consequências piores.

DIA-A-DIA

CIDADE: leitura rápida

Lixo toma conta de parte do Rio Pinheiros

As redes flutuantes de contenção de lixo da Empresa Metropolitana de Água e Energia (Emae) na Usina Elevatória de Traição, no Rio Pinheiros, parecem não estar funcionando muito bem. Moradores da região e funcionários de empresas próximas da usina, na zona sul da cidade, estão reclamando do excesso de lixo e sujeira no rio. De acordo com a gerente de Informática Kátia Tonelle, o mau cheiro toma conta dos escritórios. "Às vezes, temos de trabalhar com as janelas fechadas."

O assessor-executivo da diretoria técnica da Emae, Paulo Sares, não soube explicar a causa do acúmulo de lixo na região. "Retiramos o lixo das redes diariamente, ele nunca acumula. A quantidade só aumenta muito quando chove." O objetivo desses dispositivos é evitar que os detritos entrem no equipamento da usina. Depois de retirado, o lixo é encaminhado para os aterros sanitários da Prefeitura.



Moradores e
funcionários
reclamam do
cheiro

Q Estado de São Paulo

20/10/98

A contaminação da água

Não é apenas o esgoto doméstico, correndo a céu aberto nos loteamentos clandestinos, que contamina os mananciais na região metropolitana de São Paulo. Muito mais perigosas para a saúde pública são as toneladas de lixo que o poder público despeja diariamente no que resta de mata atlântica na região. Prefeituras de várias cidades mantêm há muito tempo lixões improvisados, feitos sem a menor preocupação técnica, cujo chorume contamina o lençol freático, agride o meio ambiente e pode comprometer a saúde de milhões de pessoas.

Na região formada por 11 municípios vizinhos da Rodovia Fernão Dias, concentram-se as Represas de Juqueri, Atibainha e Jaguari, o Reservatório Cachoeira, córregos e rios responsáveis pelo abastecimento d'água de 50% da população de São Paulo. O descaso das autoridades da maioria dessas cidades é uma constante. As prefeituras de Mairiporã – onde se localizam 80% das áreas de mananciais – e Atibaia despejam, juntas, na região, 70 toneladas diárias de detritos sem obedecer a nenhuma regra de proteção ambiental. O lixo é depositado em terrenos alugados, sem infra-estrutura para recebê-lo. São depósitos onde se amontoa o lixo sem o mínimo controle.

Durante décadas, o governo estadual não se interessou em punir as autoridades municipais que descumpriam a legislação de proteção aos mananciais e ao meio ambiente. Como consequência, hoje, o abastecimento de água da região metropolitana está comprometido.

A situação não é diferente no resto do Estado. Dos 645 municípios paulistas, cerca de 500 têm lixões irregulares – depósitos sem autorização, onde moram pessoas, e onde outras trabalham recolhendo material re-

ciclável, sem proteção individual de qualquer tipo. Dos 11 municípios que deveriam estar cuidando dos mananciais que abastecem a região metropolitana, apenas Bragança Paulista tem aterro sanitário.

Somente no atual governo, a Cetesb decidiu exigir dos prefeitos o cumprimento das suas obrigações, levando-os a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que impõe a transformação dos lixões em aterros sanitários. Para que não se pense que é apenas mais um documento que se guarda nos arquivos, a secretária do Meio Ambiente avisa que as mul-

tas pelo descumprimento das normas são tão altas que se torna mais vantajoso para as prefeituras construir aterros sanitários do que pagá-las.

Além dessa medida, o Estado destinará parte da arrecadação proveniente das multas da Operação Rodízio para auxiliar esses municípios na adequação dos depósitos de lixo. Antes disso, porém, será preciso que a fiscalização seja severa e a cobrança das multas seja imediata.

Mairiporã é um exemplo claro de como isso não se faz. A cidade já foi multada seis vezes – a última multa no valor de R\$ 16 mil – e nada fez até agora para adequar o depósito de lixo, que funciona sem licença ambiental, de instalação e de funcionamento. A secretária do Meio Ambiente avisa que o próximo passo para que aquele município seja punido será o Estado recorrer à Justiça.

O Ministério Público tem como instaurar um inquérito civil público para apurar responsabilidades sobre os danos ambientais e responsabilizar as autoridades faltosas através de ações civis públicas, se não ações penais. Para isso, entre outras coisas, foi promulgada a lei dos crimes ambientais.

Mananciais responsáveis pelo abastecimento de 50% de São Paulo são ameaçados por lixões



AMBIENTE

Prefeitura admite falta de fiscais na Cantareira

Informação foi dada em reunião por representante da Secretaria das Administrações Regionais

ALCEU LUÍS CASTILHO

As Administrações Regionais não têm pessoal e recursos suficientes para combater os loteamentos clandestinos na Serra da Cantareira. A afirmação foi feita pelo assessor da Secretaria Municipal das Administrações Regionais (SAR) Marco Aurélio Ramos de Carvalho, que representou o secretário Alfredo Mário Savelli em audiência ontem à tarde na Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal.

A afirmação do assessor contraria o que Savelli havia dito em depoimento ao Ministério Público (MP), logo após as primeiras revelações, no Estado,

sobre o desmatamento de milhões de árvores na serra para a construção de loteamentos clandestinos. "Vou enviar atas da reunião ao MP para mostrar que existem as divergências", disse o presidente da comissão que investiga a devastação na Cantareira, vereador Aurélio Nomura (PSDB).

Nenhum secretário municipal ou estadual compareceu à reunião. Há duas semanas, o governador em exercício Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito Celso Pitta (PPB) recomendaram a participação de todos os que fossem chamados pelos vereadores. De quatro secretários que receberam o convite, apenas dois enviaram à Câmara representantes e justificativas para a ausência. "As autoridades estão se acomodando por causa do medo de expor os respectivos candidatos ao governo antes do segundo turno

das eleições", afirmou Nomura.

Além da SAR, só a Secretaria de Estado do Meio Ambiente esteve representada. A secretária Stela Goldenstein havia recebido uma recomendação de Alckmin para comparecer à audiência, mas acabou indo a uma reunião do Conselho Estadual do

Meio Ambiente (Consema). Os secretários municipais da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Lair Krahenbuhl, e do Verde e do Meio Ambiente, Werner Zulauf, que haviam garantido presença, não compareceram à reunião e não informaram o motivo à comissão.

Parceria - No mesmo horário da audiência, Pitta compareceu com Savelli, Krahenbuhl e o secretário municipal dos Negócios Jurídicos, Edvaldo Brito, a uma audiência no Ministério Público. Ela foi solicitada ao procurador-geral de Justiça, Luiz Antonio Guimarães Marrey, para discutir as invasões em áreas

de mananciais, como o entorno das Represas Billings e de Guarapiranga, e de proteção ambiental, caso da Cantareira. "A Prefeitura vai fazer o máximo, das próximas vezes, para evitar a coincidência de reuniões", justificou o secretário de Comunicação Social, Antenor Braido.

Ficou acertado na audiência que o MP vai colaborar com a Prefeitura para impedir a continuidade do processo de proliferação de lotes clandestinos. "De novidade, não tem muita coisa", diz o coordenador das Promotorias de Habitação, José Carlos de Freitas. "A proposta do MP é muito mais abrangente, porque envolve trabalho conjunto com secretarias estaduais e dos demais municípios da região, além das Polícias Civil, Militar e Florestal."

São cerca de 200 as ações nas Promotorias de Habitação e de Meio Ambiente contra loteamentos clandestinos, principalmente nas regiões da Billings e da Guarapiranga. Segundo Braido, o pedido da audiência pelo prefeito teve o objetivo de acelerar o ritmo de processos contra os loteadores.

Empresa vai consumir água reutilizável

Sabesp assina hoje 1.º contrato de um programa que pode vir a economizar 10% da água potável

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) aposta na reutilização da água para fins industriais como uma forma de reduzir investimentos na Grande São Paulo e, ainda assim, aumentar a oferta de água potável para os consumidores residenciais. Hoje, a direção da estatal assina contrato com a empresa Coats Correntes, que utiliza água no processo de tingimento de linhas. "É um acordo importante para a indústria e interessante para a Sabesp", disse o vice-presidente metropolitano da estatal, Antônio Marsiglia.

De acordo com ele, as estações de tratamento de esgoto da Sabesp têm capacidade de produzir 18 mil litros de água reutilizável por segundo. Na Grande São Paulo, o consumo total de água é de aproximadamente 60 mil litros por segundo. "Até 2002, queremos fornecer 6 mil litros por segundo de água de reuso para as fábricas", informou. "Isso dá cerca de 10% do consumo atual."

Se a Sabesp alcançar essa meta, a oferta de água na região metropolitana crescerá 10% sem a necessidade de novos investimentos em captação e tratamento. É cada vez mais caro produzir água potável para a Grande São Paulo e os mananciais estão no limite. A economia da indústria com a água reutilizável é de quase 80%. (Claudio Augusto)

2



“É preciso perseguir quem promove invasão”

Opinião é do geógrafo Aziz Ab'Saber, ex-presidente da SBPC, em entrevista ao “Estado”

Professor honorário da Universidade de São Paulo (USP), o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber é um dos maiores especialistas na ocupação urbana da metrópole. Denuncia as agressões aos mananciais desde que os loteamentos clandestinos não chamavam para si o monopólio do problema. O ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) recusa-se a discutir especificamente o Plano Emergencial, do governo estadual, que prevê a realização de 1.088 obras em 313 bairros formados ilegalmente em torno das Represas Billings, Guarapiranga e da cabeceira do Rio Tietê. “Os técnicos são ignorantes e nunca chamam quem mais conhece o tema para debater”, afirma. Ao repórter Alceu Luís Castilho, afirmou: “São os ricos os que estão fazendo as piores invasões na serra.” A seguir a entrevista:

Estado – Os governos municipal e estadual estão fazendo obras de infra-estrutura nos bairros em áreas de mananciais e anunciam planos que prevêem a regularização fundiária. Que prejuízo e benefícios essas medidas podem trazer à água que abastece a metrópole?

Aziz Ab'Saber – As pessoas têm muito interesse em falar nas represas, mas os mananciais são

uma coisa muito mais ampla. Com o crescimento da cidade sobre o espigão central, onde está a Avenida Paulista, muitos já se foram. Isso data da época do crescimento da industrialização. A construção dos reservatórios, na zona sul, fez diminuir a extensão dos verdadeiros mananciais da cidade, que são as centenas de rios que, de forma centrípeta, se dirigem à metrópole. Esses rios, que vêm de regiões distantes e mais chuvosas, com um volume de água muito pura, passaram a receber cargas dos bairros periféricos do ABC. Com o crescimento da urbanização na região, não há mais mananciais despoluídos. A infra-estrutura para resolver isso é muito complexa.

Estado – Mas as obras de infra-estrutura devem ser feitas?

Ab'Saber – Eu sempre pedi mais seriedade para o tratamento da questão. O que se assiste nos debates é uma tristeza, uma ignorância sobre a complexidade dos problemas. Eu reconheço, porém, que é impossível implodir o que aconteceu na área externa da metrópole, como consequência de sua grandiosidade social e econômica. Quem chegou não sai mais. O problema agora é dar estrutura moderna para essa população.

Estado – Como seria essa reurbanização?

Ab'Saber – De dentro para fo-

ra. Construindo pequenas quadras centrais, com escola, polícia, centro de saúde, casas comunitárias, e a partir daí várias saídas para as áreas mais desenvolvidas do entorno. Projetos como o Cingapura só mascaram o problema, pois eles ficam na frente das favelas verdadeiras. Apesar de todas as críticas, reconheço que se deve regularizar algumas invasões, mas ao mesmo tempo perseguir quem as promove. Colocar guaritas e policiais para que os especuladores não possam fazê-las.

Estado – A ocupação da Cantareira está incluída no problema dos mananciais?

Ab'Saber – Felizmente ainda existe chance de impedir que novos bairros surjam no local. Mesmo assim, tem havido a penetração muito sutil de bolsões de pobreza sobre a base da serra. Só que os ricos fazem coisas piores ainda. Eles vêm subindo pelas cabeceiras dos mananciais, como em Mairiporã. Em áreas tropicais, é fundamental evitar que haja desmatamento de cabeceiras. Apesar de a área estar tombada, os mananciais estão sob ameaça na Cantareira.

“QUEM
CHEGOU NÃO
SAI MAIS”,
DIZ AB'SABER

Estado – Por que estão?

Ab'Saber – Porque não há licenciamento nenhum. Nota zero para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente nesse caso. As pessoas querem chegar até o topo da Cantareira, vindo dos vales mais baixos, para ter um belvedere particular, uma visão panorâmica de São Paulo. O que eles vão ver? A poluição, tão difusa que contamina toda a pretensa paisagem.

Estado – Este jornal denunciou na semana passada que 10 entre 11 cidades da região das represas que abastecem 50% da cidade, no Sistema Cantareira, têm lixões a céu aberto. O que o senhor pensa desse problema?

Ab'Saber – Eles contaminam os córregos, que são os verdadeiros mananciais. Os técnicos em lixo deveriam ser técnicos em metabolismo urbano, para entender o problema. Se as áreas para depósito de lixo não forem previamente selecionadas, adeus à possibilidade de a cidade ter uma certa lógica, no que se refere ao destino do lixo.

Estado – Qual a sua opinião sobre os planos para a Billings e a Guarapiranga, que prevêem a regularização fundiária, com verbas de bancos internacionais?

Ab'Saber – Não quero discutir porque nunca querem ouvir quem estuda o problema há mais de 40 anos. Fazem projetos empíricos que dizem que são perfeitos e está aí o Tietê, uma marca de ignorância de todos os técnicos e administradores que mexeram no rio.

Estado – O senhor considera que deveria ser feito um Estudo de Impacto Ambiental para cada plano que prevê intervenções?

Ab'Saber – É indispensável. Os países do Ocidente caminham para a necessidade de estudo de impacto em cada projeto de pequeno, médio ou grande porte. Cada favela reurbanizada merece um estudo. No caso de remoção, tem de haver um fundo e mutirões para que as pessoas reconstruam seus barracos. Não se deve deslocar favelas para bairros distantes, que é uma ação com alto grau de radicalismo.

Estado – A qualidade da água na metrópole pode ser definida como uma situação de calamidade ou de risco?

Ab'Saber – Considero muito grave o fato de a urbanização ter invadido mananciais. Está bem representado pela deposição de detritos nas represas. Mas que não se pense que obras de infra-estrutura resolverão o problema.



Donos de lotes em mananciais são desconhecidos

Estado e Prefeitura não sabem nomes da maior parte dos proprietários de terras em torno das Represas Billings e de Guarapiranga, o que impede ações judiciais contra ocupações irregulares

ALCEU LUÍS CASTILHO

Os nomes da maior parte dos proprietários de terras situadas em torno das Represas Billings e de Guarapiranga, áreas de mananciais na região metropolitana, são desconhecidos pelo Estado e pela Prefeitura. Cerca de 70% dos lotes no entorno da Guarapiranga e 80% na região da Billings estão em área rural. A principal consequência, por conta da necessidade desse dado mínimo para mover uma eventual ação contra os donos do terreno, é a impunidade dos proprietários que se beneficiam das ocupações irregulares em suas áreas.

As informações são do gerente do Departamento do Uso do Solo Metropolitano da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), José Antonio Nunes. O departamento é o responsável, na Cetesb, pela fiscalização em áreas de mananciais. O motivo desse anonimato em grande escala está na falta de informações sobre os proprietários no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que por sua vez não recebe os dados da Secretaria da Receita Federal, órgão do Ministério da Fazenda.

A identificação dos donos é um dado básico para que os promotores do Ministério Público (MP) movam ações sobre áreas de invasões. "É onde começa todo o processo", diz Nunes. Na maioria dos casos, o MP recebe os dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Sem as informações do governo federal, os técnicos são obrigados a fazer pesquisas que duram semanas, às vezes meses. "Vira uma investigação quase criminal."

No mês passado, houve uma busca desse tipo no caso de um loteamento clandestino localizado na Estrada da Colônia, na região de Parelheiros. "Levamos uma semana para descobrir o proprietário, porque demos sorte de flagrante vendendo os lotes", conta um dos fiscais da Cetesb.

A transformação dessas proprie-

dades rurais em urbanas obrigaria os donos a pagar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e não Imposto Territorial Rural (ITR), como ocorre hoje. A consequência disso seria o controle dos dados pela Prefeitura. Segundo o prefeito Celso Pitta (PPB), qualquer alteração nas leis de ocupação do solo depende de apresentação de lei na Câmara Municipal. Ele não disse se há ou não interesse em apresentar um projeto para isso.

Demolições - A derrubada de casas em loteamentos de ocupação recente vem sendo objeto de polêmica entre o Ministério Público e os governos estadual e municipal. Os promotores alegam que as secretarias responsáveis pela fiscalização têm, sim, o direito de demolir uma obra desse tipo, mesmo sem decisão judicial ou haja pessoas morando nas casas. "O governo baseia-se em um parecer da Procuradoria-Geral do Município que é inócuo", diz o presidente da Comissão de Política Urbana da Câmara, Aurélio Nomura (PSDB), que investiga o caso das ocupações na Cantareira.

A secretária de Estado do Meio Ambiente, Stela Goldenstein, diz que os fiscais têm demolido obras que estão no início. "Com gente morando dentro, eu não posso", diz. Ela afirmou que, nos casos de situação de risco, a atribuição de destruir as casas é da Prefeitura. Entre os técnicos da Cetesb, a avaliação é a de que o Ministério Público começou somente há dois anos a mover mais ações relativas ao meio ambiente e está fazendo cobranças exageradas em relação à fiscalização.

Segundo Carlos Alberto Amin Filho, da Promotoria de Habitação e Urbanismo do MP, a maioria dos inquéritos sobre loteamentos clandestinos na Serra da Cantareira data de 1998. Ele considera esse dado uma prova de que boa parte das ocupações são recentes, o que considera um motivo a mais para que a Prefeitura e o Estado façam imediatamente a demolição das obras clandestinas.

**MAIORIA
DOS
INQUÉRITOS É
DESTE ANO**

4



AMBIENTE

Obras na Fernão Dias atingem mananciais

Construtora Ferreira Guedes recebeu embargo por extração de terra na Serra da Cantareira

ALCEU LUÍS CASTILHO

Obras de apoio à duplicação da Rodovia Fernão Dias vêm trazendo há dois anos prejuízos ambientais em área de mananciais na Serra da Cantareira. Assoreamento de rios, interrupção de cursos d'água, erosão e perda de vegetação são algumas das consequências da retirada de terra, sem os devidos cuidados, em jazidas localizadas na serra. A construtora Ferreira Guedes teve há dois meses uma obra embargada no bairro de Hortolândia. Não recebeu nenhuma autuação e, segundo denúncia de moradores, continua retirando terra do local.

Os responsáveis pela obra nas duas jazidas de Hortolândia negam que a Ferreira Guedes ainda esteja transportando terra para a Fernão Dias, a rodovia que liga São Paulo a Belo Horizonte. A partir das 16 horas, dezenas de caminhões participam da retirada de terra. A empresa só tem autorização para fazer a recuperação ambiental. "Pediram há 20 dias para interrompermos as obras", diz o geólogo Fernando Kerstman. "O embargo só nos atrapalhou, pois já tínhamos iniciado as obras de recuperação."

A retirada de terra em área de mananciais, em um terreno da prefeitura de Mairiporã, vinha sendo feita há pelo menos dois anos, com autorização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Há dois meses, os fiscais do Departamento do Uso do Solo Metropolitano (Dusm) descobriram que a obra não tinha drenagem adequada. Foram feitos uma advertência, o embargo e um acordo para que a empresa recuperasse a vegetação e o terreno.

Peritos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) constataram que as obras não preenchiam os requisitos necessários para a extração de terra na área de 5 mil metros quadrados. "Não há um plano de extração", constataram,

em uma vistoria feita a pedido da Secretaria do Meio Ambiente. Os técnicos da secretaria dizem que não podem calcular os prejuízos causados ao ambiente, por conta da desobediência da construtora às normas estabelecidas.

"É quase impossível saber o quanto eles prejudicaram o ambiente", diz Marcos Mattiusso Marques, assessor-executivo do Departamento de Análise do Impacto Ambiental (Daia). Não houve estudo de impacto específico para a realização da obra de apoio. Somente para a obra de duplicação da rodovia "como um todo", como diz Marques. Moradores da região reclamam da interrupção de uma mi-

na d'água e temem que o processo de erosão afete suas casas.

A Ferreira Guedes alega que o Daia autorizou desde 1997 o plano de recuperação do local. "Foi só o Dusm que viu problemas", afirma Kerstman.

"Se não tivéssemos cumprido as exigências, as obras estariam embargadas há mais tempo." A secretaria, que preferiu negociar a punir, não impõe prazo para a realização das novas obras.

A construtora garante que 50% delas já foram feitas e até o fim do ano toda a área estará recuperada. Caso as determinações não sejam cumpridas, a multa pode variar entre 8,7 mil e 220 mil Ufirs (R\$ 8,36 mil e R\$ 211,44 mil, res-

pectivamente), por infração grave ou gravíssima, de acordo com a Lei de Proteção aos Mananciais.

Em relação às reclamações de moradores de que suas casas correm riscos por causa da erosão, os técnicos da secretaria transferem a solução do problema para a Justiça. Segundo eles, os moradores podem queixar-se na promotoria de Mairiporã. Depois da recuperação, o terreno da prefeitura vai servir para a construção de lotes residenciais.

Das cinco jazidas destinadas à retirada de terra para as obras e duplicação das rodovias, entre elas as duas de Hortolândia, três ficam em área de mananciais. Os técnicos da secretaria disseram que todas as obras receberam advertência pelos mesmos motivos. Segundo a Ferreira Guedes, porém, isso ocorreu apenas com as jazidas de Hortolândia.

MMORADORES
TEMEM QUE
EROSÃO AFETE
SUAS CASAS



Maluf apóia mudança de secretariado

Segundo Pitta, decisão não significa rompimento com o ex-prefeito; à tarde ele viajou para Brasília

ISABEL BRAGA
e JOBSON LEMOS
Especial para o Estado

A tentativa do prefeito Celso Pitta (PPB) de ter um secretariado com contornos próprios recebeu ontem o apoio do ex-prefeito Paulo Maluf (PPB). Pela manhã, os dois reuniram-se na casa de Maluf e tomaram café juntos. Na pauta, a mudança do secretariado municipal e a garantia de Pitta de que isso não significa um rompimento entre eles.

À tarde, após um encontro com deputados federais eleitos pela coligação que apoiou sua candidatura ao governo, Maluf afirmou que a independência do prefeito na escolha dos nomes para as secretarias deve ser respeitada. "Celso Pitta sempre teve, e terá de mim, o apoio para formar seu secretariado de maneira independente."

À tarde, o prefeito viajou para Brasília. Lá, negou ter tratado

de mudanças no secretariado com Maluf e também disse que a intenção seja desvincular-se da imagem de Maluf e dar contornos próprios ao seu governo. "A cara é a mesma e o governo é coerente com o compromisso de dar continuidade à gestão anterior", ponderou. "Minha amizade com Maluf é inabalável."

Segundo o prefeito, o momento político impõe "uma mudança substancial" no secretariado, mas que será feita "sem precipitação". Ele não quis detalhar, porém, quais os motivos das trocas e reagiu de forma irritada quando os jornalistas perguntaram se vai aguardar que os secretários ligados a Maluf o procurassem para decidir sobre as mudanças. "Não espero nada."

Pitta volta a São Paulo hoje e a expectativa é que ele defina as mudanças até dezembro, quando a Câmara Municipal vai eleger um novo presidente e deve votar o Orçamento e o projeto de parcelamento da dívida ativa.

A situação da Secretaria do Governo Municipal deve estar definida até lá. Pitta deve trocar Edevaldo Alves da Silva por Edvaldo Brito, que ocupa a pasta dos Negócios Jurídicos. Silva é o responsável pela articulação política da Prefeitura.

Para o lugar de Brito, Pitta deve convidar o promotor Fernando Capez. Ontem, ele disse ter sido surpreendido com a notícia pela manhã. "Tomei conhecimento disso pelos jornais."

O diretor do Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb), Carlos Alberto Venturilli, ao contrário, admitiu o convite para assumir

a Secretaria de Serviços e Obras. O próprio secretário Reynaldo de Barros propôs. "Ele fez a proposta na hipótese da vitória de Maluf na eleição de domingo."

Assessores de Pitta disseram que o secretário do Abastecimento, Naor Guelfi, também deve deixar a administração. Mas não há nomes em cogitação para ocupar sua vaga.

TROCAS
DEVEM SER
DEFINIDAS ATÉ
DEZEMBRO

AMBIENTE

Vereador pede criação de CPI para investigar loteamentos

Investigação deve apurar ação do Poder Público no aumento de áreas clandestinas ocupadas

ALCEU LUÍS CASTILHO

O presidente da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal, vereador Aurélio Nomura (PSDB), entra hoje com pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a apuração de eventual responsabilidade do Poder Público na proliferação de loteamentos clandestinos.

Para a instauração da CPI, será necessária a aprovação de 28 vereadores. O envio do requerimento ao plenário, que exigia a assinatura de 18 vereadores, contou com a assinatura de 23 de vários partidos, entre eles, o presidente da Câmara, Nelo Rodolfo (PPB), o líder da bancada do PMDB, Jooji Hato, o líder do PT, Adriano Diogo, e o líder do PTB, José Amorim.

Segundo Nomura, vários vereadores que são favoráveis à CPI não votaram o pedido de abertura, mas devem votar pela instauração da comissão. Esse seria o caso do líder do PL, Toninho Paiva, e do líder do PSDB, Dalton Silvano, além da vereadora Ana Martins (PC do B) e de alguns vereadores do PT. O apoio de Nelo Rodolfo é considerado fundamental para que o tema seja votado logo.

A Comissão de Política Urbana investiga há duas semanas a omissão da Prefeitura e do Estado em relação à expansão dos loteamentos clandestinos. O objeto inicial da atenção dos vereadores foi a Serra da Cantareira. O motivo foi a série de reportagens publicadas no Estado, desde o dia 27 de setembro, que mostrava a facilidade para comprar lotes ilegais e o desmatamento, somente em 1997, de 1 milhão de árvores na região da serra. A comissão investiga também os lotes em torno das Represas Billings e Guarapiranga, na zona sul.

3



Cantareira: momento ideal

A cada dia surgem novos fatos que não deixam dúvidas quanto ao risco de rápida degradação da Serra da Cantareira, a exemplo do que já aconteceu com outras regiões de mananciais, como as Represas Billings e Guarapiranga. Depois de várias denúncias, devidamente comprovadas, de proliferação de loteamentos clandestinos, ficamos sabendo agora que até mesmo obras de apoio para a duplicação da Rodovia Fernão Dias acarretaram, durante dois anos, prejuízos ambientais na Cantareira. A retirada de terra daquela região, sem os devidos cuidados, provocou assoreamento de rios, interrupção de cursos d'água, erosão e destruição de vegetação.

É verdade que há dois meses fiscais do Departamento do Uso do Solo Metropolitano (Dusm) descobriram a irregularidade, num terreno da prefeitura de Mairiporã, e imediatamente a obra foi embargada. Mas isso só depois de dois longos anos, o que mostra a precariedade da fiscalização e deixa no ar a suspeita de que fatos semelhantes ou equivalentes podem estar ocorrendo neste momento em outros pontos da serra sem que as autoridades se dêem conta. Felizmente, um conjunto de circunstâncias faz deste o momento ideal para a adoção de providências ousadas capazes de evitar que a Cantareira tenha o mesmo destino da Billings e de Guarapiranga.

A destruição nessa região, apesar do seu rápido

avanço, ainda está no começo. A consciência ecológica é hoje muito mais forte do que quando se iniciou a ocupação irregular de outras regiões de mananciais, o que garante o apoio da opinião pública a medidas de preservação. Outro elemento que pode ser de importância decisiva é a reeleição de Mário Covas, que se apresentou como um candidato

comprometido com obras sociais e de infra-estrutura, de olhos postos no futuro. E da proteção dos mananciais depende a garantia de abastecimento de água na Grande São Paulo, recurso básico indispensável não só ao dia-a-dia da população como à atividade econômica.

E mais: o prefeito Celso Pitta dá sinais de que agora, sentindo-se mais livre da influência avassaladora de seu padrinho político, Paulo Maluf, em sua administração, está disposto a uma cooperação maior com Covas. A conjugação de esforços entre os governos estadual e municipal é de importância fundamental, já que eles repartem a responsabilidade da proteção dos mananciais. O divórcio entre eles, em sucessivas administrações, é um dos responsáveis pela situação lamentável a

que chegamos neste e em muitos outros setores.

A estreita colaboração entre os dois serviços de fiscalização mais a ação vigorosa da Polícia na caça aos chefões da máfia dos loteamentos clandestinos – sem o que não se conseguirá nenhum avanço significativo – são medidas capazes de salvar o que ainda dá para salvar na Cantareira.



Um conjunto de circunstâncias faz deste o momento ideal para tomar medidas ousadas capazes de salvar a Cantareira



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

37

do processo nº

28

de 19

98

27

10, 2000

(a)

eb

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

16/03/01

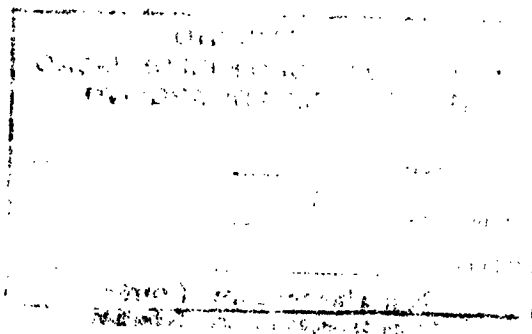
Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Legislat. Chefe

ATM

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encaminhado el	# 37 #
Arquivo em	16.03.2001
O Func.º	<i>MA</i>
Maria Isabel Lopes Corrêa Chefe de Seção Técnica - Substituta	

AL. 11.000AM
11.000AM
11.000AM



SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em / /

(a)